



23 DE JANEIRO DE 2019

Quarta-feira

- **REFIS ESTADUAL - DECRETO Nº 237/2019**
- **PRÉVIA DA CONFIANÇA INDUSTRIAL SOBE 2 PONTOS EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, APONTA FGV**
- **PAÍS REGISTRA EM 2018 O PRIMEIRO SALDO POSITIVO DE EMPREGOS FORMAIS**
- **APÓS 3 ANOS DE DEMISSÕES, BRASIL CRIA 529 MIL EMPREGOS FORMAIS EM 2018**
- **VEJA CATEGORIAS QUE TIVERAM AUMENTO SALARIAL ACIMA DA INFLAÇÃO EM 2018**
- **CNI REFORÇA APOIO ÀS REFORMAS ESTRUTURANTES E À AGENDA DE COMPETITIVIDADE DO PAÍS**
- **A EMPRESÁRIOS BOLSONARO DIZ QUE QUER RESTABELECEER CONFIANÇA E CONTAR COM CONGRESSO**
- **HELENO: BOLSONARO DISSE EM JANTAR A INVESTIDORES QUE REFORMA É IMPRESCINDÍVEL**
- **ESTRANGEIROS DEIXARAM A BOLSA EM 2018 PELA PRIMEIRA VEZ EM 7 ANOS**
- **BILIONÁRIOS CONCENTRAM MAIS RENDA**
- **"GOVERNO COBRARÁ IMPOSTO SOBRE JUROS E DIVIDENDOS, DIZ GUEDES EM DAVOS**
- **'O BRASIL MERECE ALGUÉM MELHOR', DIZ ECONOMISTA ROBERT SHILLER**
- **ITAMARATY AVALIARÁ COM AGRICULTURA EFEITO DO DESCREDECIMENTO DE INDÚSTRIAS**
- **NOVO CICLO DE INVESTIMENTO DA GM DEPENDE DE RENEGOCIAÇÃO COM GOVERNOS**
- **GM DIZ QUE PRETENDE NEGOCIAR INVESTIMENTOS NO BRASIL COM GOVERNO E SINDICATOS**
- **SP ESTUDA SOCORRER GM COM ANTECIPAÇÃO DE CRÉDITO DE ICMS, DIZ MEIRELLES**
- **PROPOSTA DA GM PARA SINDICATO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NÃO ENVOLVE DEMISSÕES**

- GM NEGOCIA REDUÇÃO DE PISO SALARIAL E TERCEIRIZAÇÃO EM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO NO BRASIL
- APÓS AMEAÇA, GM NEGA SAÍDA DO PAÍS, DIZ NEGOCIAR PRÓXIMO INVESTIMENTO
- "GM PRECISA VOLTAR A LUCRAR, MAS, CONVENHAMOS, NÃO VAI DEIXAR O BRASIL
- ARTIGO: "O BRASIL, A AUTOMAÇÃO E O FUTURO DO TRABALHO EM DAVOS
- ANEEL AVALIA REDUZIR BENEFÍCIOS À PRODUÇÃO DE ENERGIA SOLAR EM CASA A PARTIR DE 2020
- IPC-S SOBE 0,58% NA 3ª QUADRISSEMANA DE JANEIRO, AFIRMA FGV
- DÓLAR OPERA EM QUEDA APÓS 6 ALTAS SEGUIDAS
- PRÉVIA DA INFLAÇÃO OFICIAL REGISTRA TAXA DE 0,3% EM JANEIRO
- EDITORIAL: "A VOLTA DA QUESTÃO TRIBUTÁRIA
- 'INVESTIDOR DE FORA AINDA ESPERA PARA VER O QUE ACONTECE COM PREVIDÊNCIA', DIZ PRESIDENTE DO ITAÚ
- APÓS DEMISSÕES, FUNCIONÁRIOS DA FORD TAUBATÉ COMPLETAM DOIS DIAS DE GREVE
- METALÚRGICOS DA FORD NO ABC PAULISTA TERÃO REUNIÃO COM PRESIDENTE DA MONTADORA
- GHOSN JOGA A TOALHA, RENUNCIA AO COMANDO DA RENAULT
- CONSELHO DA RENAULT DEVE ANUNCIAR SUBSTITUTO DE GHOSN NA QUINTA-FEIRA
- EMPRESAS DO GRUPO CNH INDUSTRIAL ANUNCIAM MUDANÇAS NA AMÉRICA DO SUL

CÂMBIO		
EM 23/01/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,796	3,797
Euro	4,313	4,314

Fonte: BACEN

REFIS ESTADUAL - DECRETO nº 237/2019

23/01/2019 – Fonte: Diário Oficial do Estado

Foi publicado no Diário Oficial do Estado, o [Decreto nº 237/2019](#), que regulamenta a adesão ao REFIS Estadual, com fundamento na [Lei nº 19.802/2018](#), que dispõe sobre o tratamento diferenciado de pagamento de dívidas tributárias relacionadas ao ICM e ICMS.

Prévia da confiança industrial sobe 2 pontos em janeiro ante dezembro, aponta FGV

23/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de janeiro teve um avanço de 2,0 pontos em relação ao resultado fechado de dezembro, para 97,6 pontos, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta quarta-feira, 23. O Índice de Expectativas (IE) subiu 3,7 pontos, para 98,9 pontos, enquanto o Índice da Situação Atual (ISA) cresceu 0,4 ponto, para 96,4 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria indicou uma redução de 0,3 ponto porcentual em relação ao patamar de dezembro, passando de 74,8% para 74,5% em janeiro.

A prévia dos resultados da Sondagem da Indústria abrange a consulta a 781 empresas entre os dias 1º e 18 de janeiro. O resultado final da pesquisa será divulgado no próximo dia 29 pela FGV.

País registra em 2018 o primeiro saldo positivo de empregos formais

23/01/2019 – Fonte: Agência Brasil

O Brasil encerrou 2018 com saldo positivo de 529,5 mil empregos formais, segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado hoje (23) pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Esse foi o primeiro saldo positivo desde 2014, quando houve geração de 420,6 mil empregos formais.

De acordo com a secretaria, em dezembro, devido às características habituais do período para alguns setores, houve retração no mercado formal. A queda no mês ficou em 334,4 mil postos, resultado de 961,1 mil admissões e 1,2 milhão de desligamentos.

Após 3 anos de demissões, Brasil cria 529 mil empregos formais em 2018

23/01/2019 – Fonte: G1

Dados do Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (Caged) foram divulgados nesta quarta-feira pelo Ministério da Economia. Somente em dezembro, porém, houve mais demissões do que contratações.

Após três anos seguidos de demissões, a economia brasileira voltou a gerar empregos com carteira assinada em 2018, **quando foram abertas 529.554 vagas formais.** Essa é a diferença entre as contratações, que totalizaram 15.384.283 em 2018, e as demissões - que somaram 14.854.729 pessoas.

Os números, do Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (Caged), foram divulgados nesta quarta-feira (23) pelo Ministério da Economia.

De acordo com dados oficiais, esse também foi o melhor resultado, para um ano fechado, desde 2013 - quando foram abertas 1.138.562 empregos com carteira assinada. Deste modo, é o **maior número de vagas abertas em cinco anos.**

Saldo de empregos formais e mês de dezembro

Com a criação de empregos formais em 2018, o Brasil fechou o ano com um estoque de 38,39 milhões de empregos formais existentes.

No fim de 2017, o saldo de empregos formais estava em 37,86 milhões de vagas. O resultado de 2018 representa o estoque mais alto, registrado no fim do ano, desde 2015 - quando 39,20 milhões de pessoas ocupavam empregos com carteira assinada.

Somente em dezembro de 2018, porém, houve fechamento de vagas. Esse é um mês que tradicionalmente há demissões de trabalhadores com carteira assinada. **Em dezembro do ano passado, foram fechadas 334.462 vagas formais.**

Retirar a 'tutela' do Estado

De acordo com o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, o presidente Jair Bolsonaro já anunciou que o atual governo vai "acentuar as conquistas estabelecidas com a reforma trabalhista".

"Acreditamos que há uma necessidade de retiramos ainda mais a tutela do Estado na relação entre o público e o privado, entre os trabalhadores e empregadores, para facilitar a vida daqueles que querem empreender no Brasil. Vamos desburocratizar, permitir que um número maior de trabalhadores saia da informalidade", declarou.

Ele observou que o modelo tradicional de contratações, por meio da carteira de trabalho, é importante e será apoiada, mas acrescentou que também é preciso olhar para os trabalhadores "intermitentes" (que trabalham por horas, ou por dia) e, também, que atuam por meio de aplicativos.

Ano de 2018 por setores

De acordo com os números do governo, sete dos oito setores da economia abriram vagas no ano passado. O setor de serviços foi o que mais abriu vagas, e a administração pública foi o único setor que demitiu trabalhadores.

Veja abaixo os resultados:

- Construção civil: 17.957 postos
- Indústria de transformação: 2.610 empregos
- Indústria extrativa mineral: 1.473 postos formais
- Serviços Industriais de Utilidade Pública: 7.849 vagas
- Administração pública: -4.190 empregos
- Comércio: 102.007 vagas formais
- Agropecuária: 3.245 vagas
- Serviços: 398.603 empregos

Regiões do país

De acordo com o Ministério do Trabalho, todas as cinco regiões do país registraram mais contratações do que demissões no ano passado.

- Região Sudeste: 251.706 vagas abertas
- Região Nordeste: 80.639 vagas criadas
- Região Norte: 28.161 vagas abertas
- Região Centro-Oeste: 66.825 vagas criadas
- Região Sul: 102.223 vagas abertas

Trabalho intermitente

Segundo o Ministério da Economia, foram realizadas 69.985 admissões e 19.951 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente no ano de 2018. Com isso, houve um **saldo positivo de 50.033 empregos no período.**

O trabalho intermitente ocorre esporadicamente, em dias alternados ou por algumas horas, e é remunerado por período trabalhado.

Foram registradas ainda, no ano passado, 68.925 admissões em regime de trabalho parcial e 47.551 desligamentos, gerando **21.374 empregos formais** no último ano.

Veja categorias que tiveram aumento salarial acima da inflação em 2018

23/01/2019 – Fonte: G1

80,1% dos reajustes salariais realizados em 2018 foram corrigidos acima da inflação; fechamento de negociações entre patrões e empregados caiu 21,9% em relação a 2017.



Quem trabalhou em feiras e eventos teve maior percentual de aumento real no salário, segundo Salariômetro da Fipe — Foto: Divulgação

Quem trabalhou com feiras, eventos e divulgações, na indústria de joalheria e em bancos e serviços financeiros teve o maior ganho real nos salários em 2018.

Pesquisa “Salariômetro”, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostra que 80,1% dos reajustes salariais realizados em 2018 foram corrigidos acima da inflação.

De acordo com o levantamento, apenas 8,7% das negociações fechadas no ano passado resultaram num reajuste salarial abaixo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que é o índice de referência para a correção de salários. Em 11,2% das negociações, o reajuste foi igual ao INPC. Somadas estas duas fatias, 19,9% foi a proporção de reajustes sem ganho real.

Negociações salariais em 2018



Fonte: Salariômetro/Fipe

Veja categorias com aumento salarial acima da inflação:

- Feiras, eventos e divulgações: 2,94%
- Indústria de joalheria: 1,8%
- Bancos e serviços financeiros: 1,31%
- Administração pública: 1,26%
- Distribuição cinematográfica: 1,14%
- Construção Civil: 1,03%
- Indústria metalúrgica: 1%
- Publicidade e propaganda: 1%
- Condomínios e edifícios: 0,94%
- Hospitais e serviços de saúde: 0,94%

- Bares, restaurantes, hotéis e turismo: 0,94%
- Limpeza urbana, asseio e conservação: 0,94%
- Radiodifusão e televisão: 0,94%
- Venda, compra, locação e administração de imóveis: 0,88
- Energia elétrica / Utilidade pública: 0,87%
- Organizações não governamentais: 0,83%
- Vigilância e segurança privada: 0,74%
- Artefatos de borracha: 0,74%
- Comércio atacadista e varejista: 0,69%
- Educação, ensino e formação profissional: 0,69%
- Agricultura, pecuária, serviços agropecuários e pesca: 0,69%
- Serviços a terceiros e fornecimento de mão-de-obra: 0,54%
- Indústria cinematográfica e fotografia: 0,52%
- Assessoria, consultoria e contabilidade: 0,51%
- Transporte, armazenagem e comunicação: 0,51%
- Refeições coletivas: 0,51%
- Seguros privados: 0,48%
- Indústria do vidro: 0,44%
- Gráficas e editoras: 0,44%
- Indústrias de alimentos: 0,44%
- Indústria química, farmacêutica e de plásticos: 0,31%
- Comércio de derivados de petróleo: 0,31%
- Indústrias extrativas: 0,29%
- Estacionamentos / Garagens: 0,26%
- Cemitérios e agências funerárias: 0,26%
- Empresas jornalísticas: 0,25%
- Telecomunicações e tecnologia da informação: 0,23%
- Papel, papelão, celulose e embalagens: 0,23%
- Fiação e tecelagem: 0,19%
- Confecções / Vestuário: 0,14%
- Reparação de eletroeletrônicos: 0,01%
- Outras indústrias: 0,01%
- Despachantes e Autoescolas: 0%
- Agronegócio da cana: 0%
- Artefatos para pesca e esporte: 0%
- Extração e refino de petróleo: 0%
- Lavanderias e tinturarias: -0,19%

No acumulado do ano, o INPC teve alta de 3,43%. A inflação oficial do país fechou em 3,75%.

O reajuste mediano nominal foi de 3% em 2018, com piso salarial médio de R\$ 1.241. Em 2017, havia sido de 4,7% (R\$ 1.225).

Segundo a Fipe, os semestres foram distintos em 2018 - no 1º, a inflação foi baixa com ganhos reais altos nos salários, e no 2º a inflação subiu e os ganhos reais "minguaram".

Por estados

Ceará e Roraima foram os estados com maior percentual de reajuste acima da inflação em 2018. Pernambuco ficou na lanterna.

Reajustes acima da inflação por Unidades da Federação:

- Ceará: 0,94%
- Roraima: 0,94%
- Alagoas: 0,89%
- Amapá: 0,89%
- Maranhão: 0,89%
- Mato Grosso do Sul: 0,81%

- Mato Grosso: 0,81%
- Paraná: 0,81%
- Rio de Janeiro: 0,81%
- Rio Grande do Norte: 0,81%
- Rondônia: 0,81%
- Rio Grande do Sul: 0,81%
- Sergipe: 0,81%
- São Paulo: 0,81%
- Tocantins: 0,57%
- Pará: 0,54%
- Minas Gerais: 0,49%
- Santa Catarina: 0,48%
- Distrito Federal: 0,45%
- Amazonas: 0,44%
- Acre: 0,41%
- Espírito Santo: 0,39%
- Piauí: 0,35%
- Bahia: 0,31%
- Goiás: 0,31%
- Paraíba: 0,31%
- Pernambuco: 0,25%

Acordos e convenções coletivas

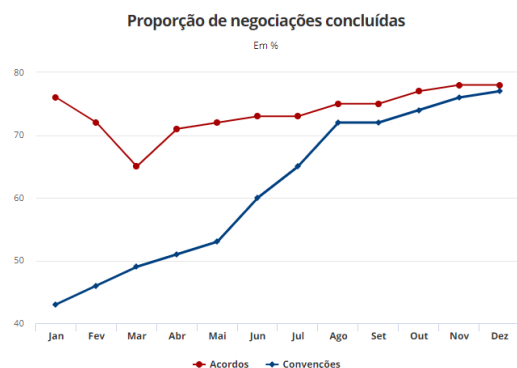
Em 2018, o fechamento de negociações caiu 21,9% em relação a 2017 - o número de acordos e convenções concluídas e protocoladas no então Ministério do Trabalho chegou a 29.346 ante 37.565 em 2017.

O impasse foi mais frequente nas convenções, no início do ano, mas a proporção acabou se igualando à dos acordos no final.

As convenções precisam ser aprovadas pelos sindicatos dos trabalhadores e patronais da categoria para ter validade e, por isso, são mais difíceis de serem concluídas. Os acordos envolvem apenas o sindicato e a empresa.

O 2º semestre é marcado pelas negociações de categorias importantes - como bancários, metalúrgicos e químicos -, e impactam milhares de trabalhadores. Os resultados dos pleitos costumam servir de referência para outros sindicatos.

Proporção de negociações concluídas



Fonte: Salariômetro-Fipe

A reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, obrigou sindicatos patronais e de trabalhadores a reverem ponto a ponto as convenções coletivas, já que deixou de garantir os benefícios adquiridos.

A mudança na legislação trabalhista também determinou que as convenções e acordos prevaleçam sobre a legislação em pontos como jornada de trabalho, intervalo, banco

de horas, plano de carreira, home office, trabalho intermitente e remuneração por produtividade.

O levantamento da Fipe identificou também 55 acordos no ano com redução de jornada e salário.

A contribuição para sindicatos de trabalhadores foi o terceiro item mais frequente nas negociações. Perdeu (por pouco) apenas para reajuste e piso.

Um dos principais entraves para a concretização das negociações tem sido a interpretação pelos sindicatos dos trabalhadores com relação à possibilidade de cobrança da contribuição sindical. A dúvida é se ela pode valer para todos se aprovada em assembleia.

Antes da reforma, a contribuição sindical era um desconto obrigatório que equivalia a um dia de trabalho. Agora a autorização para o desconto da contribuição sindical tem de ser expressa e individual pelo trabalhador.

Assuntos mais negociados em 2018:

- Reajuste: 56,3%
- Piso: 52,3%
- Contribuição para sindicatos de trabalhadores: 49,8%
- Alimentação: 38,5%
- Adicional de hora extra: 38,3%
- Adicional noturno: 31,6%
- Auxílio Funeral/Morte: 29,7%
- Auxílio Transporte: 25,6%
- Banco de horas: 24,1%
- PLR: 21,7%

CNI reforça apoio às reformas estruturantes e à agenda de competitividade do país

23/01/2019 – Fonte: CNI (publicado em 22 -01-2019)

Em almoço com grupo de deputados federais eleitos, dirigentes da indústria defenderam reforma da Previdência e tributária e apresentaram papel estratégico do SESI e do SENAI no desenvolvimento do país



"Precisamos fazer mudanças, este foi o recado das urnas", disse o presidente em exercício da CNI, Paulo Afonso Ferreira, ao lado do diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi

À medida que se aproxima o início da nova legislatura, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) volta a reforçar o apoio pela aprovação no Congresso Nacional das reformas estruturantes de projetos da agenda de competitividade.

Em almoço com um grupo de novos parlamentares, nesta terça-feira (22), em Brasília, técnicos e dirigentes da CNI apresentaram pautas prioritárias para 2019 e abriram canais de interlocução para a apresentação de temas que contribuam para a redução da burocracia, a geração de emprego e o crescimento da economia.

“A CNI tem convicção de que é preciso fazer as reformas estruturantes, como a da Previdência e a tributária. Não adianta não fazer. Precisamos fazer mudanças, este foi o recado das urnas”, disse o presidente em exercício da CNI, Paulo Afonso Ferreira.

Em mensagem ao grupo de dez deputados federais eleitos, o dirigente falou do diálogo aberto e transparente que a indústria mantém com o Congresso Nacional. Em seguida, apresentou a Agenda Legislativa da Indústria, documento preparado há 24 anos pela CNI e que reúne os temas prioritários para o setor produtivo em discussão na Câmara dos Deputados e no Senado.



Os parlamentares também conheceram o trabalho realizado pelas entidades do Sistema Indústria

EDUCAÇÃO E TRANSPARÊNCIA – Além da pauta do Congresso Nacional, os parlamentares também conheceram o trabalho realizado pelas entidades do Sistema Indústria. O diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e diretor-superintendente do Serviço Social da Indústria (SESI), Rafael Lucchesi, destacou o papel das instituições no apoio ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

“O SENAI esteve presente na implantação dos principais projetos industriais do Brasil, sendo a única instituição a preparar e a qualificar a mão de obra para novos empreendimentos”, disse.

Lucchesi também falou do papel do SESI na formação de jovens brasileiros com educação básica de qualidade e destacou as conquistas de jovens estudantes em torneios nacionais e internacionais de robótica.

Ele analisou, ainda, os desafios de se ampliar o acesso dos brasileiros ao ensino profissional – apenas 8% dos jovens têm formação técnica, na Áustria a parcela chega a 77%. A ampliação desse contingente, por exemplo, é importante para o aumento da produtividade e da competitividade da indústria brasileira.

A empresários Bolsonaro diz que quer restabelecer confiança e contar com Congresso

23/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Presidente afirma que Brasil flertava com a esquerda, mas a população disse não ao populismo

Em discurso durante jantar em sua homenagem no Fórum Econômico Mundial, que acontece nesta semana em Davos (Suíça), o presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse querer reestabelecer a confiança no Brasil.

Em tom de brincadeira, Bolsonaro obteve risadas da plateia ao dizer que no evento contava com US\$ 23 trilhões (em referência ao patrimônio dos presentes e das organizações que representam) e que, para o Brasil, bastaria 10% disso.

no discurso de pouco mais de três minutos, que teve sua gravação em vídeo divulgada pelo presidente no Twitter, Bolsonaro afirmou que o Brasil flertava com a esquerda. Segundo ele, a população disse que não quer mais o comunismo.

O presidente brasileiro afirmou ter montado uma boa equipe para administrar o país, em especial na economia. Também disse esperar o apoio do Congresso e lembrou da necessidade de reformas, como a da Previdência.

Mais cedo, Bolsonaro também discursou em auditório com capacidade de receber 1.259 espectadores nesta terça-feira, em sua primeira participação em um palco internacional como presidente. A sessão durou 15 minutos, e Bolsonaro respondeu a perguntas feitas por Klaus Schwab, presidente do Fórum Econômico Mundial.

Helena: Bolsonaro disse em jantar a investidores que reforma é imprescindível

23/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 22-01-2019)

O presidente Jair Bolsonaro, em jantar com investidores em Davos, onde participa do Fórum Econômico Mundial, disse que a reforma da Previdência é “imprescindível”, segundo relato feito pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno.

Ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, afirmou que o presidente sempre tem dito que a reforma que precisa ser feita é aquela que pode ser aprovada. Segundo o general, não era “o caso e nem o lugar” para o presidente falar de reforma de Previdência no discurso inaugural do Fórum deste ano.

“Achei o discurso ótimo. Muito preciso. Cada parágrafo com uma ideia de força”, disse Heleno. “Se fosse longo, também iriam reclamar”, afirmou ele, acrescentando que há uma “marrentice” daqueles que sempre criticam.

Estrangeiros deixaram a bolsa em 2018 pela primeira vez em 7 anos

23/01/2019 – Fonte: G1

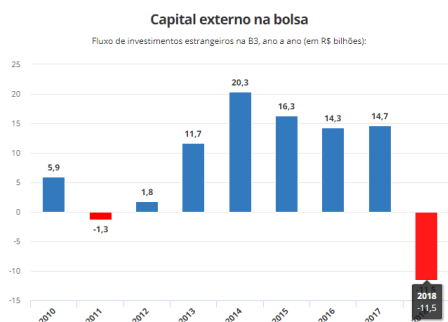
Mercado de ações perdeu R\$ 11,5 bilhões em capital externo, mas o otimismo dos investidores no Brasil sustentou os recordes do Ibovespa.

No ano em que a bolsa brasileira alcançou níveis recordes, o mercado de capitais perdeu recursos externos pela primeira vez em sete anos. Os estrangeiros retiraram R\$ 11,5 bilhões da B3 em 2018 – saída que não acontecia desde 2011.

Com isso, quem deu o tom positivo à bolsa no ano passado foram os investidores locais.

A alta acumulada de mais de 15% do Ibovespa, que superou os 90 mil pontos pela primeira vez, veio sobretudo das ações compradas por fundos de investimento, explica o economista e administrador de investimentos Marcelo d’Agosto.

Capital externo na bolsa



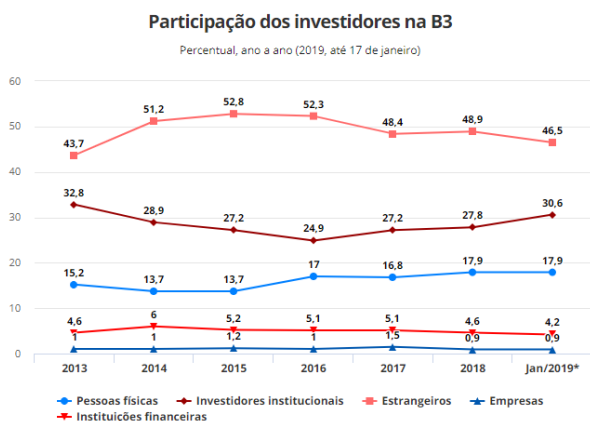
Fonte: B3

“Os fundos aumentaram sua posição em renda variável, especialmente porque ficaram com poucas opções de investimento em meio aos juros mais baixos”, explica D’Agosto. “Isso acaba retroalimentando a alta da bolsa”.

Chamados de investidores institucionais, os fundos aplicam recursos no mercado de ações em nome de terceiros, que podem ser pessoas físicas ou empresas. São, por exemplo, fundos de pensão ou seguradoras.

Enquanto a participação dos estrangeiros na B3 caiu ao seu menor nível desde 2013, para 46,5%, os investidores institucionais elevaram a fatia no bolo para 30,6%. O pequeno investidor manteve seu espaço no volume de negócios (*veja o gráfico*).

Participação dos investidores na B3



Fonte: B3

Piora global afastou o capital externo

A piora do cenário internacional explica a saída dos estrangeiros em um momento positivo na bolsa brasileira. “A expectativa deles em relação aos emergentes não é positiva neste momento”, aponta D’Agosto.

O cenário externo em 2018 foi marcado pela crescente tensão comercial entre China e Estados Unidos, além de temores com um desaquecimento da economia global. Além disso, a elevação gradual dos juros nos EUA vem estimulando uma saída de recursos dos emergentes.

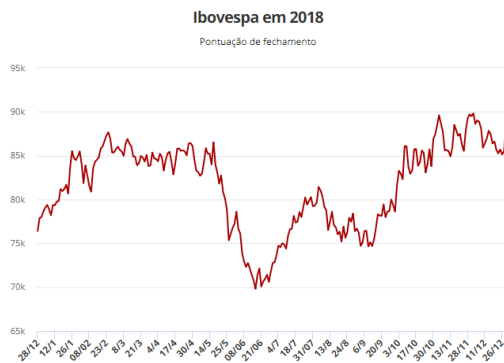
Outra explicação para a retirada em massa dos estrangeiros foi a realização de lucros na B3 (vender ativos por um preço maior que o de compra).

“O estrangeiro passou muito tempo ‘apanhando’ na bolsa, e quando ela começou a melhorar, foi o momento de vender”, explica o economista e professor da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP).

Na contramão do mercado, o Ibovespa teve um desempenho descolado dos principais índices de ações do mundo em 2018, que fecharam no negativo.

Os investidores locais colocaram em segundo plano as tensões externas e apostaram suas fichas na melhora da economia brasileira e na aprovação de reformas, mesmo após a greve dos caminhoneiros e a incerteza eleitoral ter abalado a confiança no crescimento.

Ibovespa em 2018



Fonte: B3

Em compasso de espera

No acumulado de 2019 até o dia 17 de janeiro, dados da B3 mostram um fluxo positivo de recursos estrangeiros de R\$ 316 milhões.

Mas ainda é cedo para saber se o ano será favorável para captar dinheiro externo na bolsa, já que o humor dos mercados não é dos melhores no cenário global. "Tudo vai depender do que a equipe econômica vai anunciar e de como vão andar as reformas", afirma Cabral.

Por enquanto, acrescenta o economista, não é possível fazer previsões muito acertadas. "Em pouco mais de 20 dias de governo, não tivemos nenhuma informação concreta sobre o que vai ser feito na economia".

O economista D'Agosto acredita que haveria mais chances de atrair investimento estrangeiro se o cenário lá fora fosse mais otimista. "Mas se as reformas forem aprovadas por aqui, os recursos externos devem voltar", diz.

Bilionários concentram mais renda

23/01/2019 – Fonte: DCI

As 26 pessoas mais ricas do mundo detêm a mesma riqueza dos 3,8 bilhões mais pobres, que correspondem a 50% da humanidade. Os dados, referentes a 2018, fazem parte do relatório global da organização não governamental Oxfam, divulgado ontem.

Os números indicam que a riqueza está ainda mais concentrada, pois, em 2017, os mais ricos somavam 43.

A fortuna dos bilionários aumentou 12% em 2018, o equivalente a US\$ 900 bilhões, ou US\$ 2,5 bilhões por dia. A metade mais pobre do planeta, por outro lado, teve seu patrimônio diminuído em 11% no mesmo período.

Além disso, desde a crise econômica iniciada em 2007, o número de bilionários dobrou no mundo, passando de 1.125 em 2008 para 2.208 no ano passado. O relatório indica ainda que os homens têm 50% mais do total de riqueza do mundo do que as mulheres.

O documento chama atenção para a necessidade de investimentos em serviços públicos, com destaque para educação e saúde, como forma de diminuir as desigualdades no mundo.

"Como metade do planeta vive com menos de US\$ 5,50 por dia, qualquer tipo de despesa médica empurra essas pessoas para a pobreza. Garantia de serviço público de saúde é a garantia estável e sustentada para quem está na base da pirâmide", exemplificou Rafael Georges, coordenador da Oxfam Brasil.

Taxação para o social

Como forma de redistribuição de riquezas, o relatório propõe uma taxa de 0,5% sobre a renda de bilionários que fazem parte do 1% mais rico do mundo. Segundo a organização, os recursos arrecadados seriam suficientes para incluir 262 milhões de crianças que estão fora da escola atualmente e providenciar serviços de saúde que poderiam salvar a vida de mais de 3 milhões de pessoas.

“A retomada [do crescimento econômico], ao longo dos últimos dez anos, favoreceu o topo da pirâmide, não foi redistributiva, foi concentradora. O sistema tributário tem um papel central nessa concentração, na medida em que reduz as alíquotas máximas para quem é muito rico. Esse movimento ocorreu em todo o mundo”, avaliou Georges.

A Oxfam avalia que os governos contribuem para o aumento das desigualdades ao não taxarem os muito ricos e as grandes corporações e ao não investirem de forma apropriada em saúde e educação. Segundo a Oxfam, no Brasil, os 10% mais pobres da sociedade pagam mais impostos proporcionalmente do que os 10% mais ricos, o mesmo ocorre no Reino Unido.

"Governo cobrará imposto sobre juros e dividendos, diz Guedes em Davos

23/01/2019 – Fonte: Gazeta do Povo

Ministro da Economia de Jair Bolsonaro já havia anunciado, na campanha, intenção de retomar a tributação dos dividendos distribuídos a acionistas. Taxação nos juros sobre capital próprio é novidade no discurso

O ministro Paulo Guedes ao lado do presidente Jair Bolsonaro em reunião do Conselho Internacional de Negócios em Davos, na terça (22). Em outro evento, fechado, o ministro da Economia anunciou simplificação de impostos mas também a retomada de taxações. Alan Santos/PR

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse em Davos (Suíça) que o governo pretende simplificar a cobrança de tributos, mas por outro lado retomará a cobrança de impostos sobre os dividendos que as empresas distribuem aos sócios e passará a taxar os juros sobre capital próprio (JCPs), uma outra forma de distribuição de lucros entre acionistas.

Segundo o jornal “Valor”, as declarações foram dadas em evento fechado organizado pelo Itaú na terça-feira (22) no vilarejo suíço, que nesta semana abriga o Fórum Econômico Mundial. No mesmo evento, Guedes assegurou a investidores que a reforma da Previdência será aprovada, com transição para a capitalização, mas que se por um “desastre” ela não passar, existe um plano B.

A intenção de tributar lucros e dividendos já havia sido anunciada durante a campanha, na época com alíquota de 20%. A taxa de juros é novidade no discurso do ministro da Economia.

Tais mudanças provavelmente ocorreriam – segundo sinalizações feitas por Guedes no ano passado – em paralelo a um corte no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que hoje chega a 34% e seria reduzido a 20%. Isso significa, nas palavras do presidente do Bradesco ao “Valor”, que o governo vai reduzir a carga tributária sobre a produção e aumentar seu peso sobre os ganhos de capital.

A tributação de lucros e dividendos é praticada por quase todos os países desenvolvidos e adeptos do livre mercado filiados à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mas, no Brasil, os dividendos distribuídos a acionistas são isentos de impostos desde a reforma do IR feita em 1995, no governo FHC.

Na mesma ocasião, foi criado o mecanismo dos juros sobre capital próprio, que são os juros que as empresas pagam nos empréstimos que tomam de seus sócios. Os JCPs são tratados como despesa na contabilidade da empresa. Por isso, são deduzidos da base de cálculo do IR, de forma que a companhia não precisa pagar impostos sobre eles – mas os acionistas, sim.

A ideia de retomar a taxaçoão sobre dividendos e acabar com a dedução dos JCPs no IR não é nova nem exclusiva de Paulo Guedes. Consta, por exemplo, do “Panorama Fiscal Brasileiro” produzido pelo Ministério da Fazenda do governo Temer e encaminhado em dezembro à equipe de transição do novo governo.

A equipe de Temer calculou que uma alíquota de 15% sobre lucros e dividendos resultaria num ganho de arrecadação de R\$ 21,4 bilhões no primeiro ano de implantação e de R\$ 95,1 bilhões no acumulado de quatro anos. A redução gradativa, até a extinção, da dedução dos juros sobre capital próprio geraria uma receita extra de R\$ 3,6 bilhões no primeiro ano e de R\$ 15,8 bilhões em quatro anos.

Em declarações ao “Valor”, o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel – um dos responsáveis pela reforma do Imposto de Renda de 1995 – afirmou que a retomada da cobrança de dividendos afetaria os empresários tributados pelo regime de lucro presumido e pelo Simples. Para ele, isso poderia levar ao que chama de “distribuição disfarçada de lucros”, uma forma de evasão em que os sócios podem – por exemplo – adquirir bens em nome da empresa para uso próprio.”

‘O Brasil merece alguém melhor’, diz economista Robert Shiller

23/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 22-01-2019)

Uma mistura de medo, interesse e certa satisfação. Foi assim que empresários, economistas e a elite da finança internacional receberam, no Fórum Econômico Mundial, em Davos o discurso do presidente de Jair Bolsonaro – que, em menos de dez minutos, tentou convencer o mundo de que o Brasil “mudou”.

“O Brasil é um grande país. Merece alguém melhor”, disse o americano Robert Shiller, prêmio Nobel de Economia. “Ele me dá medo”, insistiu.

O americano lembrou que também ouviu um discurso moderado por parte de Donald Trump, presidente dos EUA. “Vi Viktor Orban (presidente da Hungria) em um discurso e ele também parecia moderado e razoável”, apontou. Após tecer vários comentários surpreendentes a respeito de lideranças mais à direita no mundo, incluindo Bolsonaro, ainda rindo disse: “Eu tenho que parar de falar. Não posso falar sobre o Brasil de novo”.

Um banqueiro alemão, que não quis ser identificado, reclamou da falta de informações. “Ele deu manchetes. Mas nós queremos detalhes”, insistiu. “Talvez não haveria como pedir mais dele”, ironizou.

O presidente da Iberdrola, José Ignacio Galán, acredita que o discurso serviu para deixar claro “o que o governo pensa”. “Sinto pelos jornalistas, que não têm muitas manchetes”, disse. “Ele deu uma visão bastante técnica. Também falou de como quer as contas do país estabilizadas e, acima de tudo, que quer transformar o Brasil numa dos 50 melhores lugares para se fazer negócios. Isso é fundamental para atrair parceiros”, afirmou.

Ricardo Marino, chairman do Itaú na América Latina, acredita que o discurso serviu para “educar” aqueles que não conhecem o Brasil. “Obviamente que o investidor quer saber de mais detalhes. Mas para quem não está educado sobre o Brasil, ele vê que novo ciclo chegou”, disse. “Foi genérico, ele leu. Mas passou a mensagem para educar a média daqueles que não sabem o que é o Brasil”, apontou.

Itamaraty avaliará com Agricultura efeito do descredenciamento de indústrias

23/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 22-01-2019)

O Itamaraty disse que vem mantendo estreita coordenação com o Ministério da Agricultura para avaliar o impacto econômico da decisão da Arábia Saudita de desautorizar frigoríficos brasileiros a exportar carne de frango para o país e que vai auxiliar o setor exportador nos contatos com autoridades sanitárias sauditas.

Em nota, o Itamaraty destaca que a habilitação de 25 estabelecimentos brasileiros foi confirmada para exportar o produto, "uma vez que foram avaliados satisfatoriamente pela autoridade sanitária saudita (SFDA Saudi Food and Drug Authority), que realizou missão técnica de inspeção em outubro de 2018".

Conforme a nota ainda, outros 12 estabelecimentos também inspecionados não tiveram sua habilitação renovada de forma imediata, mas poderão ser reabilitados desde que apresentem plano de ação para implementar as adaptações sugeridas pela SFDA em um prazo de 30 dias.

"Adicionalmente, estabelecimentos que não foram inspecionados em outubro podem buscar autorização para exportação à Arábia Saudita mediante solicitação direta às autoridades sanitárias daquele país", disse.

Novo ciclo de investimento da GM depende de renegociação com governos

23/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 22-01-2019)

Presidente da montadora se reuniu com sindicatos e prefeitos de São José dos Campos e de São Caetano

Esgotado o plano de investimentos de R\$ 13 bilhões até 2020, um novo ciclo de aportes da General Motors em fábricas brasileiras como as de São José dos Campos (interior de SP) e São Caetano do Sul (Grande SP) vai depender de renegociações com governos, sindicatos e o restante da cadeia, afirmaram prefeitos das duas cidades após reunião com a diretoria da montadora nesta terça-feira (22).

Sob pressão, o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, se encontrou com representantes dos sindicatos das regiões e os prefeitos tucanos Felício Ramuth, de São José dos Campos, e José Auricchio Júnior, de São Caetano.

"Foi uma conversa franca e clara. O momento que a GM passa é delicado. Acompanhamos os últimos movimentos da GM global, com fechamento de fábricas. No Brasil, existe a oportunidade de investimento, mas São José dos Campos, São Caetano e o Brasil têm de fazer a lição de casa", afirmou Ramuth.

A GM não falou com a imprensa no local e informou que não irá comentar.

Sem falar em valores ou demandas apresentadas pela GM, os prefeitos disseram que um novo ciclo —mais curto, de produtos consolidados e testados pela fabricante, segundo Auricchio Junior—, poderia ser iniciado na fábrica de São Caetano entre 2021 e 2022, e entre 2022 e 2023 na unidade de São José.

"Desde que exista êxito nesse novo estudo de investimentos", disse o prefeito de São Caetano. Ele citou quatro pilares de negociação para a GM: com os governos estadual e municipal -onde, segundo Auricchio, as conversas estão andando com velocidade positivo, com revendedores, que já teriam sido abordados pela montadora, além de sindicatos e fornecedores.

A GM se reuniu com o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), em cinco ocasiões, de acordo com Ramuth. "Como empreendedor e empresário, Doria sabe da importância de manter as fábricas e os empregos proporcionados pela GM. Já estivemos em contato com o governador também", afirmou.

À **Folha** o secretário de Fazenda e Planejamento do estado, Henrique Meirelles, disse que o governo de São Paulo estuda socorrer a GM com antecipação de créditos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Bens de Serviços) sobre os quais a empresa tem direito.

Sem mencionar valores, Meirelles falou também da possibilidade de oferecer benefícios fiscais de ICMS, mas ressaltou que eles dependem de aprovação do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), cuja reunião está marcada para abril. O governo de São Paulo, segundo Meirelles, vê com o órgão a disposição de fazer uma reunião extraordinária.

"A GM quer colocar a questão da continuidade das plantas de São José e São Caetano para que possa trazer novos investimentos. Ela está condicionando isso a alguns setores. Até agora não sabemos o que a GM pretende com os sindicatos, não foi apresentada pauta. Estamos flexíveis às negociações, mas deixamos claro que não abrimos mão de direitos", disse Aparecido Inácio da Silva, o Cidão, do sindicato dos metalúrgicos de São Caetano.

O encontro desta terça foi anunciado em um comunicado de Zarlenga divulgado nas fábricas brasileiras.

Nele, a GM alerta funcionários de que novos investimentos locais dependem de um doloroso plano para a operação voltar a lucrar no país, após as fortes perdas dos últimos três anos.

Zarlenga escreveu que o braço brasileiro vive um momento crítico e que 2019 será um ano decisivo para a operação, levantando temores entre sindicatos de que unidades no Brasil poderiam ser fechadas.

A carta de Zarlenga cita comentários recentes feitos pela presidente mundial da montadora, Mary Barra, sobre desafios na América do Sul, onde a GM é líder. "Não vamos continuar empregando capital para perder dinheiro", disse ela.

Questionados sobre a possibilidade de fechamento das unidades de São José dos Campos e São Caetano do Sul, os prefeitos disseram que o desinvestimento leva à inoperância das linhas de produção.

"[Zarlenga] deu uma explicação clara de que a situação na indústria automobilística não funciona assim. O que existe é desinvestimento e, no momento em que optamos por isso, o ciclo de um produto acaba e ela [a fábrica] deixa de ter importância", afirmou Ramuth.

"Em um primeiro momento, não se cogitou o fechamento de fábrica. Cogitou-se a possibilidade de novos investimentos, mas é notório que, não os trazendo, vai levar ao fechamento gradativo das plantas", disse Cidão.

Em 2014, Barra esteve no Brasil para anunciar a aplicação de R\$ 6,5 bilhões até 2019, dinheiro que seria usado para modernizar fábricas e lançar novos carros. Um ano depois, em plena crise, a montadora divulgou que dobraria a aposta.

O investimento total seria de R\$ 13 bilhões em um período maior, entre 2014 e 2020. Ao menos R\$ 4,5 bilhões foram aplicados até o ano passado. Mas ainda há um valor não especificado que deveria ser investido na renovação dos produtos.

Para Luiz Carlos Prates, o Mancha, do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos, a situação financeira da GM é estável no momento e não há necessidade de demissões. "Esse projeto de reestruturação busca descarregar nas costas dos trabalhadores uma crise que não existe", disse.

Segundo os prefeitos, o "ponta pé inicial" para as negociações foi dado pela GM e novas reuniões devem ocorrer. "O trabalho agora tem que ser feito de forma ágil e rápida. Temos pouco tempo para que todos os atores cheguem a um entendimento", disse Ramuth.

A diretoria da GM se encontra novamente com representantes dos metalúrgicos de São José às 15h desta terça, e com o sindicato de São Caetano às 9h de quarta-feira (23). Os sindicalistas esperam que, nessas reuniões, sejam apresentadas pautas mais claras, que seriam, então, encaminhadas a assembleias da trabalhadores.

A GM fabrica o carro mais vendido no Brasil atualmente, o Chevrolet Onix, produzido na fábrica de Gravataí (RS) e que fechou 2018 com mais de 200 mil unidades emplacadas.

No início do ano passado, a GM anunciou investimento de R\$ 1,2 bilhão, como parte do plano total até 2020, para modernizar a fábrica de São Caetano do Sul e ampliar sua capacidade anual de 250 mil veículos para 330 mil. Uma nova linha de SUV inicia em dezembro, segundo Auricchio Júnior.

De acordo com dados divulgados pela General Motors, o último grande investimento na fábrica de São José dos Campos ocorreu em 2010, quando R\$ 800 milhões foram aplicados para produzir a geração atual da picape S10 e o utilitário Trailblazer. A unidade tem 4.800 funcionários e trabalha atualmente em dois turnos.

GM diz que pretende negociar investimentos no Brasil com governo e sindicatos

23/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 22-01-2019)

Executivos da GM no Brasil disseram a sindicalistas, em reunião realizada nesta terça-feira, 22, que a empresa pretende negociar com o governo, fornecedores e os próprios sindicatos para realizar novos investimentos no Brasil, informou nesta tarde, em nota, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, onde fica uma das fábricas da montadora. À imprensa, a GM disse que não vai comentar.

Na sexta-feira passada, o presidente da GM para o Mercosul, Carlos Zarlenga, distribuiu aos funcionários comunicado alertando para "o momento muito crítico" que vive a empresa. Ele informou que a empresa teve prejuízo significativo no Brasil nos últimos três anos, resultado que "não pode se repetir".

O comunicado reproduziu matéria publicada pelo jornal Detroit News, sobre recente declaração da presidente mundial da GM, Mary Barra, em que ela deu sinais de que a empresa considera sair da América do Sul. "Não vamos continuar investindo para perder dinheiro", disse.

Da reunião desta terça participaram, além de Zarlenga, dirigentes dos sindicatos dos metalúrgicos de São José dos Campos e São Caetano e os prefeitos das duas cidades. O sindicato de São José dos Campos se posicionou contra qualquer plano que envolva demissões e flexibilização de direitos e afirmou na reunião que está aberto a negociações para garantir empregos, salários e direitos.

Uma das reivindicações defendidas pelo sindicato foi a garantia de estabilidade no emprego para todos na fábrica. Hoje, segundo o sindicato, a GM de São José dos Campos emprega cerca de 4,8 mil pessoas.

A primeira rodada de negociação com os metalúrgicos de São José dos Campos começou às 15h desta terça. Antes de qualquer acordo, qualquer proposta será discutida com trabalhadores da fábrica e votada em assembleia. A primeira assembleia acontece na quarta-feira, 23.

“Somos contra a reestruturação e não aceitaremos que os trabalhadores paguem esta conta com seus empregos. A GM é líder de mercado e não há qualquer motivo que justifique o fechamento de fábricas, como vem sendo anunciado”, afirma o vice-presidente do Sindicato, Renato Almeida.

SP estuda socorrer GM com antecipação de crédito de ICMS, diz Meirelles

23/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 22-01-2019)

Desafio é criar receitas que compensem a medida sem onerar outros setores

O governo de São Paulo estuda socorrer a GM (General Motors) com antecipação de créditos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Bens de Serviços) sobre os quais a empresa tem direito, disse à **Folha** o secretário de Fazenda e Planejamento do estado, Henrique Meirelles.

Segundo Meirelles, o governo estuda antecipar créditos de ICMS para que a empresa possa abatê-los imediatamente de impostos devidos. “É uma questão, em tese, viável, do ponto de vista de manutenção de emprego, renda e arrecadação futura de imposto”, afirma.

O entrave, explica, é que qualquer tipo de renúncia de receita precisa, segundo a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), de uma contrapartida: a criação de receita compensatória.

“Estamos estudando. De fato, esse é o desafio: como criar receita compensatória sem necessariamente transferir custos para outros setores da economia.”

O governo deve se reunir em 31 de janeiro para discutir a situação da GM e não descarta uma reunião com a própria GM na mesma data. Até lá, diz Meirelles, o objetivo é trabalhar no que pode ser feito do ponto de vista fiscal.



Operário em planta da GM em São Caetano do Sul - Reuters

As empresas fabricantes de veículos e autopeças acumulam um saldo de crédito de imposto ICMS devido à diferença de alíquota entre estados ou ainda nas operações de exportações que são isentas de tributação. A ideia em discussão no caso da GM seria antecipar esse crédito.

Em comunicado, divulgado no último domingo (20), o presidente da GM no Mercosul, Carlos Zarlenga, disse que a montadora passa por momento crítico no Brasil, que a empresa teve grandes perdas nos últimos três anos e que voltar a investir localmente depende de um doloroso plano para voltar a lucrar.

O alerta, feito em memorando enviado a funcionários de suas fábricas, ocorre quando se esperava um anúncio de novos investimentos.

Sem mencionar valores, Meirelles falou também da possibilidade de benefícios fiscais de ICMS, mas ressaltou que eles dependem de aprovação do Confaz (Conselho

Nacional de Política Fazendária), cuja reunião está marcada para abril. O governo de São Paulo, segundo Meirelles, vê com o órgão a disposição de fazer uma reunião extraordinária.

"Se fizer ótimo, se não vamos ter que discutir o assunto na reunião de abril". O ponto importante é que, qualquer medida, vai precisar da aprovação unânime do Confaz, então há um desafio aí."

GUERRA FISCAL

Meirelles diz que o governo vem apoiando, nas conversas com fornecedores, um processo de diminuição de margens para que viabilizar a continuação da companhia e, "evidentemente, o mercado para fornecedores também", afirmou.

"É importante que não se feche a empresa para que não se perca empregos diretos e indiretos, de fornecedores e revendedores. O interesse do estado é também que revenda, fornecedor e a empresa paguem impostos", disse.

Questionado se não há receio de que a concessão de benefícios fiscais por parte de São Paulo à montadora aprofunde a chamada guerra fiscal, Meirelles disse que não. "Exatamente por isso que precisamos de aprovação prévia do Confaz. De todos os estados, unanimemente."

Para Meirelles, os estados têm que se convencer de que existem revendedores da GM em todos os estados. "Vamos levar o argumento de que é interesse de todos os estados que a empresa mantenha as operações no país. Para isso, deveremos ter a concordância de todos porque aí não se configura a guerra fiscal", diz.

Meirelles ressaltou, no entanto, que questões fiscais e de renegociação com revendedores são medidas temporárias. E que, para se viabilizar no longo prazo, a empresa terá que fazer os investimentos necessários em tecnologia e produtividade que ela adiou nos últimos anos.

"Vamos trabalhar, ver o que é possível fazer para que a GM possa não só manter as atividades, mas expandir, em São Paulo e no Brasil", disse Meirelles.

Fábricas de veículos automotores instaladas em São Paulo

Dados incluem carros leves, ônibus, caminhões, tratores e máquinas agrícolas

- Caoa Chery
 - Jacareí
- Caterpillar
 - Piracicaba
- CNH Industrial
 - Piracicaba
 - Sorocaba
- Ford
 - São Bernardo do Campo
 - Taubaté
- General Motors (Chevrolet)
 - São Caetano do Sul
 - São José dos Campos
 - Mogi das Cruzes
- Honda
 - Sumaré
 - Itirapina
- Hyundai
 - Piracicaba

- Jonh Deere
 - Indaiatuba
- Komatsu
 - Suzano
 - Arujá
- Mercedes-Benz
 - São Bernardo do Campo
 - Iracemápolis
- Scania
 - São Bernardo do Campo
- Toyota
 - São Bernardo do Campo
 - Sorocaba
 - Porto Feliz
 - Indaiatuba
- Valtra/Massey Fergusson
 - Mogi das Cruzes
 - Ribeirão Preto
- Volkswagen
 - São Bernardo do Campo
 - São Carlos
 - Taubaté
- Volvo
 - Pederneiras

Proposta da GM para sindicato de São José dos Campos não envolve demissões

23/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 22-01-2019)

A GM entregou na tarde desta terça-feira, 22, uma proposta para o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, depois de uma reunião na qual apresentou as dificuldades financeiras da empresa no Brasil. A proposta, no entanto, não envolve demissões, garantiu ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o vice-presidente do sindicato, Renato Almeida.

Almeida não quis explicar o que foi pedido pela empresa porque antes quer apresentar as reivindicações aos trabalhadores, em uma assembleia que ocorrerá nesta quarta-feira. Só depois disso é que dará início às negociações. Segundo ele, a proposta da GM inclui pautas que sempre foram discutidas entre patrões e trabalhadores, como a questão salarial. “Vamos conversar com os trabalhadores, precisamos dar um retorno e discutir abertamente”, disse.

Na sexta-feira passada, o presidente da GM para o Mercosul, Carlos Zarlenga, distribuiu aos funcionários comunicado alertando para “o momento muito crítico” que vive a empresa. Ele informou que a empresa teve prejuízo significativo no Brasil nos últimos três anos, resultado que “não pode se repetir”.

O comunicado reproduziu matéria publicada pelo jornal Detroit News, sobre recente declaração da presidente mundial da GM, Mary Barra, em que ela deu sinais de que a empresa considera sair da América do Sul. “Não vamos continuar investindo para perder dinheiro”, disse.

A GM se reuniu nesta terça-feira pela manhã com sindicalistas das duas cidades do Estado de São Paulo onde mantém fábricas, São Caetano do Sul e São José dos Campos. O encontro também contou com a presença dos prefeitos desses municípios. À tarde, houve uma nova reunião só com os sindicalistas de São José dos Campos. Nesta quarta, será a vez de a empresa conversar com os representantes dos trabalhadores de São Caetano.

A primeira conversa, que contou com a presença de todos, teve como objetivo apresentar as dificuldades da empresa e anunciar a intenção de buscar soluções. A montadora disse aos participantes do encontro que já há conversas adiantadas com o governo estadual e com as concessionárias.

GM negocia redução de piso salarial e terceirização em plano de reestruturação no Brasil

23/01/2019 – Fonte: G1 (publicado em 22-01-2019)

Empresa apresentou proposta ao Sindicato de redução do piso salarial de R\$ 2,3 mil para R\$ 1,6 mil. Ao todo, GM fez pedido de 28 itens para categoria. Por G1 Vale do Paraíba e Região



Sindicato apresenta a trabalhadores reivindicações da GM para investir em São José

A General Motors (GM) negocia a redução do piso salarial, fim da estabilidade de emprego para lesionados e liberação da terceirização em todos os setores no plano de reestruturação da empresa no Brasil. A pauta de exigências foi apresentada aos trabalhadores nesta quarta-feira (23) em assembleia na fábrica de São José dos Campos (SP).

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, a pauta apresentada pela GM conta com 28 itens e marca o início das negociações. A entidade e empresa terão novas reuniões para fecharem uma proposta de acordo aos trabalhadores.

Entre os pedidos estão a redução do piso salarial de R\$ 2,3 mil para R\$ 1,6 mil. A empresa ainda quer tirar a estabilidade de emprego dos trabalhadores com lesão ocupacional ou acidente de trabalho – em São José dos Campos são 1,3 mil funcionários nesta situação.

A GM também quer a mudança no sistema de banco de horas, flexibilização da jornada de trabalho - com a implantação da categoria 12x36 - e abertura para terceirização para todos os setores.

De acordo com o vice-presidente do sindicato da categoria em São José dos Campos, Renato Almeida, as propostas trazem uma carga pesada para os trabalhadores, incluindo perda de direitos trabalhistas e estabilidade.

“Nós não sabemos qual a contrapartida dessas propostas, não sabemos o que vamos receber de investimento em produção ou aporte. O que queremos como sindicato é manter o direito do trabalhador e garantir a estabilidade de emprego. Queremos manter isso e saber claramente quais as intenções dela na planta antes de aceitar qualquer exigência”, informou.

De acordo com a entidade, a assembleia na planta de São José dos Campos para o primeiro turno foi apenas para apresentar as propostas e devem acontecer novas assembleias nos próximos turnos.

A empresa e a entidade devem se reunir novamente nesta quarta-feira (23) às 14h. A estimativa do sindicato é de que a decisão final sobre a reestruturação aconteça em 20 dias, quando uma proposta deve ser apresentada aos trabalhadores para votação.

A GM foi procurada, por meio da assessoria de imprensa, mas não quis comentar o assunto. Na terça, a empresa havia informado que não iria se manifestar sobre a reunião.

Reestruturação

A pauta foi entregue pela empresa depois do anúncio de que a montadora passa por um período crítico e que precisaria de uma reestruturação. No exterior, o plano de reestruturação da empresa propôs o encerramento das atividades em cinco plantas na América do Norte e demissão de mais de 14 mil trabalhadores.

Apesar do tom do anúncio da empresa no Brasil, o fechamento de fábricas foi descartado. No país, a presidência da GM afirmou que "não vai continuar empregando capital para perder dinheiro" e apresentou as medidas como contrapartida para investimentos.

As tratativas são para definir o futuro das plantas em São Caetano do Sul e São José dos Campos. Empresa e entidades das duas plantas se reuniram por cerca de seis horas para discutirem as propostas.

Em São José, na fábrica onde até 2013 eram produzidos quatro modelos, atualmente são produzidas apenas a picape S10 e o SUV Trailblazer. A fábrica do interior foi excluída dos recentes investimentos anunciados pela multinacional.



GM negocia redução de piso salarial e terceirização em plano de reestruturação no Brasil — Foto: SindMetalSJC/Divulgação

Após ameaça, GM nega saída do País, diz negociar próximo investimento

23/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 22-01-2019)



Ganhou corpo a teoria de que a ameaça da GM de deixar País não passou de estratégia para forçar e facilitar negociações de cortes de custos com trabalhadores e fornecedores, além de obter benefícios do Estado.

O tom foi bastante amenizado em reunião na manhã da terça-feira, 22, com representantes de sindicatos e prefeitos de São Caetano do Sul e São José dos Campos, onde ficam as duas plantas de produção de veículos da empresa no Estado de São Paulo. O presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, negou o fechamento de fábricas na região e disse que a empresa quer negociar o próximo ciclo de

investimentos em suas diversas unidades no Brasil, segundo relataram participantes do encontro de fora da GM, pois a empresa se nega a dar qualquer informação oficial.

A reunião aconteceu na fábrica de São José dos Campos (que ficou de fora da maior parte dos investimentos da GM nos últimos anos), sob o clima pesado causado pela informação, até então não desmentida, de um e-mail enviado por Zarlenga na sexta-feira, 18, aos funcionários (com clara intenção de vazarem o conteúdo à imprensa) relatando altos prejuízos no Brasil e Argentina que precisavam ser estancados este ano, sob pena de a empresa sair da região – como já aconteceu na Europa, onde a empresa em 2017 vendeu a Opel à PSA, além dos recentes anúncios de fechamentos de fábricas, uma na Coreia do Sul, quatro nos Estados Unidos, uma no Canadá e a promessa de encerrar atividades em outras duas fora da América do Norte.

O executivo confirmou o duro processo em curso de reestruturação global da companhia, mas disse aos prefeitos e sindicalistas que está mantido o plano atual, anunciado em 2015, com o investimento de R\$ 13 bilhões (não comprovados) de 2014 a 2019, para a produção no Brasil de recentes nova família de carros que começa a ser lançada este ano (novos Onix, Prisma e Tracker), com a consequente modernização das fábricas de São Caetano e Gravataí (RS), onde estes modelos serão produzidos, e a introdução de novos motores fabricados em Joinville (SC).

Com o natural alívio causado por essa explicação, Zarlenga foi adiante com sua estratégia, ficou então à vontade para pedir mais, tirou um problema da sala para introduzir outro: disse que o problema está no próximo ciclo de investimentos, para além de 2020 até 2023, que necessariamente precisará seguir a mais recente orientação da matriz nos Estados Unidos, de produzir mais com menos, de investir só em regiões e produtos rentáveis. Para isso, informou o executivo, a empresa busca negociar com funcionários, fornecedores, governo e distribuidores programas de redução de custos em todos os níveis.

“Foi uma conversa franca e clara. O momento que a GM passa é delicado. Acompanhamos os últimos movimentos da GM global, com fechamento de fábricas. No Brasil, existe a oportunidade de investimento, mas São José dos Campos, São Caetano e o Brasil têm que fazer a lição de casa”, afirmou à Folha de S.Paulo o prefeito de São José, Felício Ramuth, após sair da reunião.

Já o prefeito de São Caetano, José Auricchio Jr., disse à Folha que o novo programa de investimento da GM no Brasil poderia ser iniciado na fábrica de São Caetano entre 2021 e 2022, e entre 2022 e 2023 na unidade de São José, “desde que exista êxito nesse novo estudo de investimentos”, afirmou. Seria, segundo o prefeito, um ciclo mais curto, focado em produtos consolidados.

CORTES E BENEFÍCIOS

Os concessionários Chevrolet parecem terem sido os primeiros a sofrer cortes: confirmaram que já perderam um ponto porcentual da comissão de venda, que teria caído da média de 5% para 4%. Fornecedores também estão esperando por pedidos de redução de custos.

Na frente governamental, Zarlenga já esteve com o governador de São Paulo, João Dória, em busca de alívios fiscais no Estado, fato confirmado pelo ex-ministro da Fazenda e atual secretário da Fazenda do Estado, Henrique Meirelles – que foi contra o programa de incentivos federal para a indústria automotiva, o Rota 2030, aprovado no fim de 2018.

Meirelles disse ao jornal Valor Econômico que descontos e simplificações tributárias estão em negociação com a GM e outras medidas serão discutidas no âmbito do Confaz, por afetar políticas industriais e tributárias de outros estados.

Agora começam as negociações com cada unidade. A reunião com representantes sindicais de São José foi feita na própria terça-feira à tarde. Já está marcado encontro com o sindicato de São Caetano às 9h da quarta-feira, 23. E na próxima semana a GM já marcou o mesmo tipo de conversa em Gravataí.

De acordo com informações preliminares, a meta da montadora é cortar custos de produção e tentar trazer um novo carro para ser produzido em São José dos Campos, mas a empresa teria dito serem inviáveis os custos da planta para a produção de um modelo popular.

Após impasse em negociações sempre conflituosas com o sindicato local, a fábrica ficou de fora dos investimentos de R\$ 13 bilhões. Atualmente, emprega cerca de 4,8 mil pessoas e produz a picape S10, o SUV Trailblazer, além de motores e transmissões em fim de ciclo de vida.

O sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos afirmou que as propostas apresentadas pela empresa serão submetidas em assembleia com os empregados da fábrica na entrada do primeiro turno da quarta-feira, 23, por volta das 5h30. Em nota, a entidade informa que "posicionou-se contra qualquer plano que envolva demissões e flexibilização de direitos". Segundo o vice-presidente do sindicato, Renato Almeida, uma das reivindicações já colocadas sobre a mesa na reunião com Zarlenga foi a garantia de estabilidade no emprego para todos na fábrica.

"Somos contra a reestruturação e não aceitaremos que os trabalhadores paguem esta conta com seus empregos. A GM é líder de mercado e não há qualquer motivo que justifique o fechamento de fábricas, como vem sendo anunciado", afirmou Renato Almeida, do sindicato de São José dos Campos.

"GM precisa voltar a lucrar, mas, convenhamos, não vai deixar o Brasil

23/01/2019 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 22-01-2019)

"GM precisa voltar a lucrar, mas, convenhamos, não vai deixar o Brasil

A redução de custos e o aumento da lucratividade é um desafio de todas as montadoras no mundo, e sair totalmente de mercados como o Brasil não será solução para isso

A General Motors, dona da marca Chevrolet, não está em crise no Brasil. Não no sentido mais comum da palavra. Em 2018, segundo ano de recuperação para o setor, liderou as vendas de automóveis e veículos comerciais leves pelo quarto ano seguido, com quase 434 mil unidades comercializadas.

Mesmo assim, a GM fala em prejuízo nos últimos três anos, capacidade ociosa nas plantas e na dificuldade de tocar novos investimentos sem o "sacrifício de funcionários" e da ajuda do governo (algo que o estado de São Paulo já sinalizou que dará à montadora).

Em mensagem classificada como infeliz por especialistas, na última sexta-feira (18), o presidente da General Motors Mercosul, Carlos Zarlenga, deixou claro aos funcionários que a permanência da marca no Brasil depende da "volta da lucratividade", o que irritou os sindicatos, já cansados do terrorismo do "vai ou não vai" do setor automotivo – e, convenhamos, usados historicamente pelo setor para barganhar incentivos fiscais e outros favorecimentos.

No texto, ele disse que a empresa vive um momento crítico "que vai exigir importantes sacrifícios de todos" e que aprovação de um plano apresentado à matriz requer o apoio do governo, concessionários, empregados, sindicatos e fornecedores.

Mas além do contexto nacional, de recuperação da crise econômica e de exigência do consumidor brasileiro por produtos de maior valor agregado, há também o contexto global do setor, que passa pela maior revolução tecnológica de sua história. E esses dois contextos é que ajudam a explicar que a ameaça implícita na mensagem do presidente da GM Mercosul não faz sentido: a montadora não deixará o Brasil.

"A marca ir embora do Brasil não faz o menor sentido. A GM no mundo, assim como Ford, Volkswagen e outras, está passando por uma reestruturação e buscando recursos para atender a maior revolução tecnológica pela qual o automóvel já passou", avalia o diretor de estratégia da consultoria Bright, Paulo Cardamone. "O problema é intrínseco ao setor, de gestão interna, e deve ser endereçado como tal. Se será preciso mandar pessoas embora, reestruturar, será feito. Mas sair do país, a GM não vai", ressalta o consultor.

Zarlenga teve de se explicar a funcionários, sindicatos e prefeitos nesta terça-feira (22). À Folhapress, o prefeito de São José dos Campos, Felício Ramuth, disse que a conversa foi "franca e clara".

"O momento que a GM passa é delicado. Acompanhamos os últimos movimentos da GM global, com fechamento de fábricas. No Brasil, existe a oportunidade de investimento, mas São José dos Campos, São Caetano e o Brasil têm que fazer a lição de casa", afirmou Ramuth, numa sinalização clara de que os municípios paulistas farão o que for preciso para manter as plantas da marca.

A GM não falou com a imprensa no local. Também nesta terça (22), o secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, disse que o governo estadual estuda socorrer a GM com antecipação de créditos de ICMS sobre os quais a empresa tem direito.

"É uma questão, em tese, viável, do ponto de vista de manutenção de emprego, renda e arrecadação futura de imposto", afirma. As empresas fabricantes de veículos e autopeças acumulam um saldo de crédito de imposto ICMS devido à diferença de alíquota entre estados ou ainda nas operações de exportações que são isentos de tributação.

O entrave, explicou Meirelles, é que qualquer tipo de renúncia de receita precisa, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, de uma contrapartida: a criação de receita compensatória.

"Estamos estudando. De fato, esse é o desafio: como criar receita compensatória sem necessariamente transferir custos para outros setores da economia". A equipe econômica do governo do estado deve se reunir em 31 de janeiro para discutir a situação da GM. Até lá, diz Meirelles, o objetivo é trabalhar no que pode ser feito do ponto de vista fiscal.

Pela ótica dos sindicatos, a ameaça da GM também não faz sentido. Além de São Caetano do Sul e São José dos Campos, a GM tem plantas em Joinville (SC), Gravataí (RS) e Indaiatuba (SP).

Entre 2017 e 2018, a GM anunciou e executou três grandes investimentos no país: R\$ 1,2 bilhão para construir uma nova área de produção e capacidade (de 250 mil para mais de 330 mil veículos por ano) na unidade de São Caetano do Sul; R\$ 1,9 bilhão para a produção de novos motores e ampliação da capacidade (de 120 mil para 420 mil veículos por ano) da planta de Joinville (SC); e R\$ R\$ 1,4 bilhão para produzir da nova família Onix e Prisma na planta de Gravataí (RS).

Esses investimentos, de R\$ 4,5 bilhões, por sua vez, fariam parte de um total de R\$ 13 bilhões anunciados pela montadora ainda em 2014 para o país.

Em conjunto, esses investimentos trazem para as linhas de produção da marca o conceito de indústria 4.0, com soldas a laser e outras novidades construídas em conjunto com fornecedores. É como se a empresa estivesse pedindo ajuda justamente no momento em que está pronta para aproveitar a retomada do setor prevista para 2019.

A assessoria de investimentos TCP Latam estima que as vendas de veículos possam crescer até 14% neste ano no país, um dado bem mais otimista que o da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) que projeta uma alta de pouco mais de 10%. O ano de 2018, como já mencionado, foi o segundo ano de recuperação do setor. Foram 2,5 milhões de unidades foram vendidas, 14,5% a mais do que em 2017.

Para Ricardo Jacomassi, ex economista-chefe do Sindipeças e sócio da TCP Latam, no entanto, para aproveitar essa retomada – que, em dois ou três anos, pode repor o que o setor deixou de ganhar durante a crise – é preciso que as montadoras entendam como o consumidor brasileiro mudou.

“No contexto internacional [o desafio] é o investimento pesado em novas tecnologias, e isso será desenvolvido lá fora, não no Brasil. No contexto local há o aumento da concorrência, da regulação e da exigência do consumidor brasileiro, que quer automóveis de maior valor agregado”, avalia Jacomassi, que lembra que até a década passada, GM, Ford, Volks e Fiat dominavam cerca de 70% do mercado nacional. “Esse controle sobre o ciclo de inovação e investimentos acabou”, complementa o consultor Paulo Cardamone.”

Artigo: "O Brasil, a automação e o futuro do trabalho em Davos

23/01/2019 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 22-01-2019)

No 49.º Fórum de Davos, não parece nada sensato que as lideranças presentes se furtem do reconhecimento de que as novas formas de automação do trabalho inspiram preocupação

Com o tema “Globalização 4.0: moldando uma arquitetura global na era da quarta revolução industrial” a 49.ª edição do Fórum Econômico Mundial, em Davos, propõe a discussão sobre o avanço dos processos de automação da produção e suas consequências para o futuro do trabalho.

O fórum que reúne líderes políticos, empresários e executivos das mais importantes empresas no mundo, além de intelectuais, convidou para sua edição de 2019 o historiador e escritor holandês Rutger Bregman que ganhou muita visibilidade com a publicação de seu último livro Utopia para realistas em que trata dos impactos das transformações tecnológicas sobre o mundo do trabalho e endossa o alerta feito por vários outros estudiosos sobre o aumento da desigualdade no mundo.

No referido livro, depois de expor no primeiro capítulo sua fé no poder das utopias para provocar mudanças necessárias, Bregman apresenta, no segundo capítulo, sua mais controversa proposta, a da criação da renda básica universal. Certamente não é uma ideia nova.

Sobre o tema, há importantes pesquisas acadêmicas realizadas por economistas e outros estudiosos pelo mundo, além de experiências concretas nesse campo, mas com o lançamento do livro de Bregman, escrito em linguagem mais acessível ao grande público e tendo já sido negociado o direito para publicação em 20 países, o tema ganhou maior atenção, inclusive levando-o para a mesa de discussão no Fórum de Davos.

Os novos empregos estão concentrados principalmente na parte mais baixa da pirâmide

Citando pesquisadores da Universidade de Oxford propõe que “pelo menos 47% dos empregos nos Estados Unidos e 54% dos da Europa correm alto risco de serem usurpados por máquinas. E isso não acontecerá daqui a um século, mas dentro dos próximos 20 anos.”

Na exposição de sua argumentação lembra que ao longo do século 20 ganhos de produtividade e crescimento do emprego se deram com razoável paridade mas, por volta do ano 2000, começou a se dar o que economistas do MIT chamaram de “grande desacoplamento”. Recorrendo a artigo de David Rotman, *How Technology is Destroying Jobs*, expõe o problema de que “a produtividade está em nível recorde, a inovação nunca foi tão rápida e, mesmo assim, temos a renda média em queda e menos empregos.”

Bregman discorre sobre o tema mostrando que hoje os novos empregos estão concentrados principalmente na parte mais baixa da pirâmide.

Tratando da crescente dificuldade de muitas pessoas em conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho, mesmo detendo uma boa formação escolar, que leva muitos a deixarem seus países, como é o caso de jovens tecnólogos espanhóis buscando postos em Amsterdã, engenheiros gregos em Stuttgart, uma miríade de jovens italianos no Reino Unido e, em situações ainda mais críticas, em economias periféricas, a aceitação de empregos precários, mal remunerados, como única alternativa ao desemprego.

Bregman argumenta que essa realidade faz com que o trabalho, cada vez mais, seja visto como fardo e consuma as energias do trabalhador sem desenvolver suas melhores potencialidades, resultando em baixa produtividade e crescente insatisfação.

Pode-se observar que, ao mesmo tempo, avança uma dinâmica de “competição”, com gaps de tempo, entre mão de obra barata e abundante e processos de automação. “A mão de obra asiática, africana ou até de robôs sempre sai mais barato. E enquanto ainda é mais eficiente (para as nações mais industrializadas) terceirizar para o exterior, utilizando o trabalho barato da Ásia e da África, no momento em que os salários e tecnologias desses países começarem a se aproximar dos que há nos países desenvolvidos, os robôs vão prevalecer lá também.”

O país aposta mais uma vez na capacidade de atração de investidores como meio para promover a sempre desejada “retomada do crescimento”

Nesta 49.^a edição do Fórum de Davos, não parece nada sensato que as lideranças presentes se furtem do reconhecimento de que o cenário mundial inspira preocupação.

É sintomático que um dos fatos políticos dessa edição seja as ausências de Donald Trump, controvertido presidente da maior economia mundial; de Emmanuel Macron, presidente francês que enfrenta a mais grave onda de protestos desde o emblemático maio de 1968; de Theresa May, primeira-ministra do Reino Unido que sofreu dias atrás histórica derrota no Parlamento ao apresentar proposta para saída do Reino Unido do bloco europeu, e de outras ausências como a do presidente argentino Mauricio Macri que assumiu o governo três anos atrás com marcado discurso liberal e levou seu país a uma gravíssima crise econômica.

Quanto ao Brasil no fórum, o país se apresenta nesta edição sob o comando de um novo presidente, cuja eleição ganhou destacado espaço em jornais e noticiários de televisão em todo o mundo. Sobre sua agenda para o evento, de acordo com entrevista concedida dias atrás, pelo ministro-chefe da Casa Civil a Jamil Chade, correspondente em Genebra do jornal O Estado de São Paulo, o presidente dará ênfase às suas

propostas de reformas econômicas, com destaque para a da Previdência Social (depois de reforma trabalhista já realizada pelo seu antecessor) e um roteiro de privatizações, com um rol de empresas estatais a serem vendidas.

O que se pode inferir disto é que o país aposta mais uma vez na capacidade de atração de investidores como meio para promover a sempre desejada "retomada do crescimento". Entretanto, é cada vez mais urgente respostas equivalentes à gravidade dos problemas pois, como se tem visto, seus impactos não se restringem a performance econômica das nações, mas sim têm se mostrado degeneradores da vida social e da própria democracia em diferentes sociedades pelo mundo.

Como posto pelo historiador Rutger Bregman, "não é a tecnologia em si que determina o curso da história. No fim, somos nós humanos, que decidimos como dar forma ao nosso destino. O cenário de desigualdade radical que se desenha no mundo não é a única opção."

Arnaldo Francisco Cardoso - é pesquisador e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie Alphaville e atua nas áreas de comércio e relações internacionais."

Aneel avalia reduzir benefícios à produção de energia solar em casa a partir de 2020

23/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 22-01-2019)

Agência abriu audiência pública sobre novas regras, que opõem distribuidoras e geradores solares

A diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) abriu nesta terça-feira (22) uma audiência pública sobre proposta que prevê mudanças a partir de 2020 nas regras da chamada geração distribuída, modelo em que consumidores têm sua demanda atendida por painéis solares ou outras formas de geração própria.

A revisão nos regulamentos, que já era prevista, acontece em meio a um acelerado crescimento dessa modalidade de geração, que saiu quase do zero em 2012, quando as regras foram introduzidas, para mais de 660 megawatts atualmente, ou 53,5 mil sistemas instalados pelo país.

A geração distribuída (GD) tem atraído investimentos de grandes elétricas no Brasil, como Engie, AES e CPFL, da chinesa State Grid, entre outras, e movimentado ainda uma série de pequenos instaladores e vendedores de sistemas de geração, principalmente com placas solares.

Mas a modalidade sofre críticas das distribuidoras de energia, que alegam que os incentivos dados à tecnologia geram custos para elas e os demais consumidores.

"Em grandes linhas, o sinal (que queremos dar) é de que a geração distribuída é inexorável... estamos atentos ao que está acontecendo no mundo, e a realidade é que não podemos impedir seu avanço no Brasil. Pelo contrário, nós como agência reguladora estamos aqui para dar os sinais corretos", defendeu o diretor-geral da Aneel, André Pepitone.

"Temos que fazer isso com equilíbrio, para que não ocasione sobrecustos ao consumidor... para permitir o avanço da GD aliado ao sinal econômico correto para o segmento de distribuição de energia", acrescentou.

Pela regra atual, toda energia gerada pelas instalações de geração dos consumidores é descontada da conta de luz.

A proposta da Aneel, apresentada pelo diretor Rodrigo Limp, é de que a partir de determinados patamares em termos de sistemas instalados a regra mude e alguns custos gerados pela geração distribuída sejam abatidos dos créditos gerados pelos consumidores, de forma a evitar custos maiores para os clientes que não adotaram a tecnologia.

Nesse modelo, haveria "gatilhos" que acionariam o novo e menos generoso cálculo para as compensações.

No caso de instalações de geração no mesmo endereço do consumidor, como placas solares em telhados, a regra mudaria a partir do atingimento de certa capacidade em sistemas na rede de uma mesma distribuidora.

Em instalações remotas, como fazendas solares construídas para atender clientes, também seria mantido o atual modelo até certo patamar em cada distribuidora, com a regra ainda endurecendo novamente no futuro após registrada uma segunda marca.

O objetivo, segundo Limp, seria permitir que a tecnologia se consolide antes da aplicação das regras mais severas -ele afirmou que deve ser possível ao Brasil chegar a 3,365 gigawatts em capacidade em sistemas de geração em telhados e 1,25 gigawatt em sistemas remotos antes de qualquer mudança prática.

Investidores do setor de energia solar pediam que não houvesse qualquer alteração nas normas, mas o diretor defendeu que manter o atual regulamento no longo prazo geraria custos bilionários para os consumidores que não possuem geração própria.

"Essa proposta não é de forma alguma uma proposta final da agência, muito pelo contrário, é o início de um debate", afirmou Limp.

A audiência pública sobre as regras ficará aberta até 19 de abril. Ela faz parte de um processo já previsto desde 2015, segundo o qual as normas passariam por uma revisão "com foco no aspecto econômico" até o final de 2019.

Os diretores da Aneel também ressaltaram que eventuais mudanças não impactarão clientes que já instalaram sistemas de geração distribuída, mas apenas para aqueles que o fizerem após a formalização das novas regras, a partir de 2020.

DISTRIBUIDORAS RECLAMAM

As distribuidoras de energia, principais opositoras de um crescimento mais acelerado na geração distribuída, alegaram que regras mais restritivas poderiam reduzir a velocidade, mas não impediriam o crescimento da tecnologia.

O diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia (Abradee) Marco Delgado argumentou que alguns investimentos em GD têm se pago em até três anos e apresentado taxa interna de retorno de 20 por cento, enquanto mesmo o cenário menos generoso em incentivos aumentaria o prazo de payback em 2,5 anos e levaria o retorno a 12 por cento.

"Em nenhum cenário há estagnação (da tecnologia), o que estamos falando aqui é da velocidade (com que ela irá se desenvolver)", disse.

IPC-S sobe 0,58% na 3ª quadrissemana de janeiro, afirma FGV

23/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) acelerou 0,06 ponto porcentual na terceira quadrissemana de janeiro, atingindo 0,58%, após marcar 0,52% de alta na segunda medição do mês, revelou na manhã desta quarta-feira, 23, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No período, cinco das oito classes de despesa que compõem o índice apresentaram acréscimo em suas taxas de variação. O grupo Educação, Leitura e Recreação ofereceu a principal contribuição ao movimento, com a taxa acelerando de 1,73% para 2,28%, sustentado principalmente pelo item cursos formais (de 2,80% para 4,23%).

Da mesma maneira que ocorreu na segunda quadrissemana, o movimento é sazonal e reflete os reajustes nas mensalidades de escolas e universidades após a virada do ano.

Ainda houve acréscimo nos grupos Transportes (de -0,19% para -0,05%), Habitação (de 0,35% para 0,42%), Comunicação (de 0,06% para 0,27%) e Despesas Diversas (de 0,19% para 0,27%). Nessas classes de despesa, vale destacar o comportamento dos itens: tarifa de ônibus urbano (de 0,73% para 1,41%), tarifa de eletricidade residencial (de -0,59% para -0,25%), pacotes de telefonia fixa e internet (de 0,35% para 0,68%) e cartório (de 1,34% para 1,89%).

Na contramão, houve desaceleração nas taxas de variação dos grupos Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,55% para 0,41%), Alimentação (de 0,98% para 0,94%) e Vestuário (de 0,11% para 0,03%), com destaque para os itens artigos de higiene e cuidado pessoal (de 1,26% para 0,62%), hortaliças e legumes (de 6,40% para 4,51%) e roupas (de 0,38% para 0,08%).

Dólar opera em queda após 6 altas seguidas

23/01/2019 – Fonte: G1

O dólar opera em queda nesta quarta-feira (23), após ter fechado na véspera acima de R\$ 3,80, na 6ª alta consecutiva, com investidores na expectativa por sinalizações do ministro da Economia, Paulo Guedes no Fórum Econômico Mundial, em Davos, após um discurso genérico do presidente Jair Bolsonaro na véspera.

Às 9h49, a moeda norte-americana caía 0,49%, vendida a R\$ 3,7863. Veja mais cotações.

Na véspera, o dólar fechou em alta de 1,23%, a R\$ R\$ 3,8093. Na semana, a alta acumulada é de 1,30%. No ano, porém, ainda acumula queda de 1,79%.

O Banco Central realiza nesta sessão leilão de até 13,4 mil swaps cambiais tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares para rolagem do vencimento de fevereiro, no total de US\$ 13,398 bilhões. Se mantiver essa oferta diária e vendê-la até o final do mês, terá feito a rolagem integral, destaca a Reuters.

Prévia da inflação oficial registra taxa de 0,3% em janeiro

23/01/2019 – Fonte: Agência Brasil

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a inflação oficial, ficou em 0,3% em janeiro deste ano. A taxa é superior ao registrado na prévia de dezembro de 2018 (-0,16%), mas inferior ao 0,39% da prévia de janeiro do ano passado.

Segundo dados divulgados hoje (23) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa acumulada em 12 meses é de 3,77%.

A taxa da prévia de janeiro foi puxada principalmente pela alta de preços de 0,87% dos alimentos. Comprar alimentos para comer em casa, por exemplo, ficou 1,07% mais caro, devido a aumentos de produtos como carnes (1,72%), cebola (17,5%) e batata-inglesa (11,27%). O custo de comer fora de casa subiu 0,53% no período.

Outros grupos de despesas com impacto importante na prévia da inflação de janeiro foram saúde e cuidados pessoais, com aumento de preços de 0,68%, e despesas pessoais, com taxa de 0,43%.

Por outro lado, as reduções de custo dos transportes (-0,47%) e do vestuário (-0,16%) ajudaram a evitar uma inflação maior. Entre os principais responsáveis pela queda de preços dos transportes estão a gasolina (-2,73%), que também teve o principal impacto individual para frear a inflação, o etanol (-1,17%), o óleo diesel (-3,43%) e as passagens aéreas (-3,94%).

Editorial: "A volta da questão tributária"

23/01/2019 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 22-01-2019)

Lançar balões de ensaio sobre mudanças drásticas em impostos, especialmente no Imposto de Renda, é daninho quando o governo tem a intenção de reduzir a carga tributária

A nomeação do economista Marcos Cintra como secretário da Receita Federal reacendeu o debate sobre a questão tributária, mais especificamente sobre o Imposto de Renda Pessoa Físicas e a ideia de criar o chamado "imposto único". O Brasil padece de uma anomalia cujas distorções sobre todo o sistema econômico ainda precisam ser estudadas e esclarecidas: a distância entre a carga tributária nominal e a carga tributária efetivamente arrecadada.

Qualquer pessoa que trabalha, recebe salários, compra bens e serviços e paga tributos (impostos, taxas e contribuições) tem dificuldade de acreditar que a arrecadação tributária efetiva dos municípios, estados e União significou apenas 32,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, conforme foi anunciado pelo governo.

As razões para tal descrença são várias. Um trabalhador paga 11% de seu salário ao INSS (até o teto de R\$ 5.832 para 2019); o empregador recolhe outros 20% (a taxa patronal) sobre o salário total do empregado, mesmo que este seja acima do teto; no começo do ano é preciso pagar IPTU e IPVA; nas compras de mercadorias há ICMS, com alíquota predominante de 17%; sobre a conta de energia o consumidor paga 28% (em alguns estados essa taxa é até maior); em abril todos devem acertar contas com o Imposto de Renda e, conforme a renda anual do contribuinte, a alíquota do imposto pode chegar a 27,5%.

Isso tudo depois que as empresas, grosso modo, já pagaram 3% de Cofins sobre suas vendas brutas, 0,65% de PIS, 25% de Imposto de Renda sobre o lucro líquido e mais 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Essa lista está longe de esgotar todos os impostos, taxas e contribuições que, segundo algumas listas publicadas, chegam ao número de 85.

Não há condições econômicas nem técnicas para o país ter um único imposto em substituição aos 85 impostos, taxas e contribuições

Inicialmente, há de se mencionar que os 32,7% sobre toda a renda nacional (que é o igual ao produto nacional) representam a arrecadação efetivamente ingressada nos cofres dos municípios, dos estados e da União. Considerando que há sonegação, inadimplência e renúncias fiscais (isenções concedidas a setores específicos), a carga tributária total é muito maior, embora ninguém saiba exatamente quanto é.

Se, apesar de todos esses problemas, ainda assim o governo arrecada 32,7% do PIB, não seria exagero admitir que a carga nominal passa de 45%. Ou seja, em um país no qual incide uma carga nominal de tributos de 45% do PIB, em razão da qual a arrecadação real é de 32,7%, não é exagero afirmar que dois terços da renda nacional são gastos por critérios estritamente capitalistas (consumo das pessoas, poupança das

pessoas e investimento das empresas) e um terço é gasto por outros critérios (consumo e investimentos do governo).

Pode-se ir mais longe nessa análise, pois o governo não gasta apenas os 32,7% arrecadados – gasta muito mais, a considerar o déficit fiscal primário (receitas menos despesas, antes dos juros da dívida pública).

O governo vem afirmando, tanto pela voz do presidente da República quanto do ministro da Economia, Paulo Guedes, que não haverá elevação da carga tributária. Pelo contrário: Guedes vem dizendo que o objetivo é reduzir a carga tributária no futuro, o que foi repetido por Jair Bolsonaro em seu discurso na sessão inaugural do Fórum Econômico Mundial, nesta terça-feira.

Em sentido oposto, o novo secretário da Receita Federal, logo nos primeiros dias no cargo, havia acenado com a possibilidade de modificar as faixas de renda e as alíquotas de Imposto de Renda, e disse que imagina a possibilidade de uma alíquota especial de 35% para contribuintes com renda anual acima de R\$ 300 mil.

Marcos Cintra afirmou também que pretende estudar a antiga proposta do “imposto único” e, junto dele, uma espécie de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), este último parecido com o ICMS.

Por enquanto, foram balões de ensaio lançados para medir a reação da sociedade, mesmo porque nada foi esclarecido sobre quais impostos seriam diminuídos ou eliminados. Outros temas deste início de mandato acabaram ofuscando a discussão sem que houvesse alguma definição ou recuo, o que permite imaginar que as propostas ainda estejam na mesa.

No meio desse debate, a primeira providência é compreender a enorme dificuldade de se implantar um imposto único no país. Por mais que a simplificação tributária seja desejável e urgente, se algo assim viesse a ser criado, nunca seria “único”. Não há condições econômicas nem técnicas para o país ter um único imposto em substituição aos 85 impostos, taxas e contribuições.

Se criado, seria único somente no nome, o que é um tanto absurdo, pois seria um “imposto único” convivendo com vários outros impostos, o que não tem lógica. No fundo, os que falam na criação de um imposto único têm a mente povoada pelo espectro da velha Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que, embora tivesse a palavra “provisória” no nome, deixou um fantasma permanente rondando os tributadores de plantão.

O fato objetivo é que o sistema tributário brasileiro é disforme, caro e complicado, mas, se há algo que não lhe falta, é capacidade de pôr muito dinheiro nos cofres estatais. Como o setor público no geral vive em déficit fiscal tanto na recessão como na expansão, toda vez que esse assunto entra em moda nunca é para redução da carga tributária, mas sempre para aumentá-la.

Por isso, não é saudável que autoridades da área econômica façam declarações públicas sobre elevação de alíquota de imposto sem detalhar as demais providências que a justifiquem, pois isso assusta a população já carregada de pesados tributos, lança incerteza no mercado, desestimula os investidores, cria pessimismo e desestimula os negócios e os empreendimentos.

No início de um governo em que o próprio presidente da República afirma que ser empresário no Brasil é difícil e que seu governo pretende facilitar a criação de empresas, declarações sobre possível aumento de tributos vão no sentido contrário."

'Investidor de fora ainda espera para ver o que acontece com Previdência', diz presidente do Itaú

23/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Grandes empresas nacionais também têm cautela em relação à reforma, segundo Candido Bracher

Grandes investidores nacionais e estrangeiros ainda estão cautelosos em relação à aprovação da reforma da Previdência, segundo Candido Bracher, presidente do Itaú Unibanco. “O internacional ainda está numa atitude de esperar para ver o que acontece.”

Além da maior aceitação da reforma no Brasil, um dos efeitos da recessão foi o crescimento do mercado privado de capitais a partir do encolhimento do BNDES, afirma.

Em Davos para o Fórum Econômico Mundial, Bracher diz ter notado em dois momentos uma maior demonstração de interesse estrangeiro no país.

“O primeiro foi o almoço que promovemos aqui desde 2014 e que estava bem mais cheio, com gente do mundo todo querendo ouvir o ministro Paulo Guedes. O segundo foi a sessão do Fórum com o presidente Jair Bolsonaro.”

Qual a sua visão sobre o início do governo Jair Bolsonaro?

Estou bem impressionado, falando do ponto de vista econômico, com o diagnóstico que é feito dos problemas. A grande pergunta é se o governo tem habilidade política para as negociações necessárias.

Mas que medidas nessa área? Ainda não se tem clareza de que reforma da Previdência o presidente defende, por exemplo...

Eu estou me guiando pelo discurso da equipe econômica, que é consistente. A reforma tem de, no mínimo, gerar 1,4% do PIB de economia, o que a proposta de Temer geraria.



CÂNDIDO-BRACHER - presidente do Itaú Unibanco

Até onde o mercado toleraria uma atenuação da reforma em relação àquela do governo Temer?

Difícil de responder, mas a situação que temos hoje é de inflação sob controle, taxa de juros baixa, e uma relação dívida/PIB que cresce sem perspectiva de parar. No momento em que o mercado entender que a dívida pública sobre o PIB não vai parar de crescer, a inflação volta e a taxa de juros vai ter de subir. O equilíbrio que nós temos está baseado na expectativa de a reforma ser aprovada. Que reforma? Uma que gere, no mínimo, esse 1,4% do PIB de economia.

E se a reforma da Previdência não passar?

Teremos um problema. A frustração de expectativas será muito grande. Não acho que o Brasil caia num abismo no dia seguinte porque a situação das reservas é sólida, mas haverá uma frustração muito grande e a gente poderá ter uma evolução econômica muito ruim, muito morosa.

E se passar uma reforma qualquer, com uma economia inferior a 1,4% do PIB?

É um pouco melhor, são tons diferentes de mediocridade econômica.

E a ideia de capitalização defendida pelo ministro Paulo Guedes?

Sem dúvidas é o ideal, se fosse possível. No regime de capitalização, cada geração poupa para a sua própria aposentadoria. Só que, hoje, as gerações entrantes poupam para as gerações mais velhas.

A hora que você institui a capitalização, você cria um vácuo e uma necessidade de recursos fiscais imensa.

O Datafolha mostrou que 65% da população está muito animada com o novo governo. Já sentem no banco reflexos concretos na economia em razão dessa expectativa?

Vimos uma alta na demanda por crédito, um entusiasmo maior das pequenas e médias empresas.

De quanto é esse aumento?

A gente trabalha com a expectativa de elevarmos a nossa carteira de crédito possivelmente dois dígitos neste ano, de 2019.

Do ponto de vista dos investidores, nota-se uma clara diferença entre o local e o internacional. O local já está investindo, comprando a probabilidade de a reforma ser aprovada e de a economia deslançar.

O internacional ainda está numa atitude de esperar para ver o que acontece.

Mas o local já está fazendo investimentos diretos?

A Bolsa está batendo recordes...

Sim, mas já investem de forma significativa nas empresas?

[Estão] Investindo em seus negócios, mas as grandes empresas também estão mais cautelosas. Naturalmente, os processos das grandes também são maiores.

Devido ao novo governo, sentiu um interesse maior de investidores estrangeiros para agendar reuniões em Davos?

Dado o interesse limitado que [os emergentes] despertam, o país chamará atenção porque tem um presidente e uma equipe econômica novos e maiores possibilidades de crescimento nos próximos anos. Então, minha agenda está muito cheia.

Qual a sua opinião sobre a autonomia do Banco Central?

Acho absolutamente desejável. Tenho a impressão de que, nas negociações políticas, isso acaba ficando por último porque o BC já tem uma autonomia de fato, embora não de direito —e seria muito bom que tivesse de direito.

A diminuição do BNDES, que já vinha encolhendo e vai encolher mais ainda, favorece o setor privado, na medida em que vinha ocupando seu espaço?

Eu atribuo a redução de atividade do BNDES à enorme ampliação de mercado de capitais brasileiro. Foi um efeito colateral muito benéfico.

As melhores empresas tinham uma taxa subsidiada no BNDES, então o mercado de capitais não se desenvolvia e, com isso, toda a economia perde. É como tirar a rodinha da bicicleta quando se está aprendendo a andar nela: tirou o crédito subsidiado pela TJLP com a criação da TLP.

Você pode até correr o risco, toma um tombo no começo, mas, quando você aprende a andar, é muito melhor para a economia e para o país, você vai muito mais longe.

E um encolhimento ainda maior pode provocar algum impacto?

Eu confesso que hoje já não sinto o BNDES como um entrave ao desenvolvimento do mercado de capitais. Dimensionar o quanto que deve encolher, eu não me detive sobre esse assunto.

Depois de quase dois anos à frente do banco, como se sente?

Muito bem, gosto muito do que faço. Tenho tido sorte com o momento econômico. Saímos de uma grande crise, não está uma maravilha de expansão, mas está crescendo.

A sua personalidade é diferente da do Roberto Setúbal, seu antecessor na presidência. Como vê essa transição, e a sua imagem em relação à dele?

Temos um relacionamento muito bom. Não precisa ter sempre a mesma personalidade para tocar uma empresa. É aprender tudo o que puder e colocar em prática o que pôde aprender. Há uma frase do Thomas Mann, de que gosto muito: "Tradição é seguir um exemplo à sua própria maneira." [cita em alemão].

Quanto tempo a mais tem pela frente no cargo?

Até o início de 2021, um pouco depois de eu completar 62 anos.

O banco não pensa em aumentar o prazo novamente? Não é cedo para se aposentar?

Sim, mas é suficientemente moço para começar uma outra coisa.

Que outra coisa?

Estou muito ocupado para pensar nisso.

Raio-X

Candido Bracher, 60

Presidente do Itaú Unibanco desde 2017; antes, presidiu o Itaú BBA, cargo que assumiu em 2005 no lugar de seu pai, Fernão Bracher, um dos fundadores do BBA-Creditanstalt, em 1998

Após demissões, funcionários da Ford Taubaté completam dois dias de greve

23/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 22-01-2019)

Funcionários da fábrica da Ford em Taubaté (SP) completaram dois dias de greve nesta terça-feira, 22, depois da demissão de 12 trabalhadores. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região (Sindmetau), a decisão foi tomada em assembleia e a paralisação é por tempo indeterminado.

Nesta terça houve mobilização de sindicalistas e trabalhadores na porta da montadora. O sindicato informou que apenas funcionários de setores essenciais foram liberados para entrar na fábrica.

De acordo com a entidade, as negociações pela manutenção dos empregos começaram "em setembro do ano passado, quando a Ford alegou ter um excedente de 350 trabalhadores em Taubaté" – um programa de Demissão Voluntária (PDV) foi aberto em novembro, com adesão de 128 trabalhadores.

O sindicato reclama que os integrantes do Comitê Sindical de Empresa negociavam outras medidas para administrar o excedente e diz que foram pegos de surpresa com as demissões desta semana.

"Foi deliberada em assembleia a paralisação por conta da demissão de qualquer pessoa que não fosse através do PDV", justificou o coordenador do comitê, Sinvaldo Cruz. Com a greve, a produção na unidade está paralisada. A fábrica da Ford em Taubaté tem cerca de 1.300 funcionários.

À reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo", a montadora confirmou as demissões e alegou que "está em processo de negociação com o sindicato". Disse ainda que o objetivo das dispensas é "adequar os volumes de produção em função da queda nas exportações para a Argentina e do término do fornecimento de motores e transmissões para o México em 2019".

Questionada sobre a possibilidade de novas demissões, a Ford não respondeu.

Assembleia em São Bernardo

Na manhã desta terça-feira, funcionários da Ford de São Bernardo se reuniram na porta da montadora para cobrar da empresa a retomada das discussões sobre investimentos na unidade, como previsto em acordo firmado em março de 2017.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagner Santana, o acordo vale até novembro deste ano, mas "até agora não há nada efetivo". "De lá para cá, mais de mil trabalhadores saíram por meio de PDV e aposentadorias. Portanto, já houve um esforço do Sindicato e dos trabalhadores no sentido de viabilizar esta planta", afirmou.

A fábrica de São Bernardo da Ford emprega cerca de 2,8 mil trabalhadores e produz apenas New Fiesta e caminhões.

A Ford informou que haverá uma reunião com o sindicato na semana de 18 de fevereiro.

Metalúrgicos da Ford no ABC Paulista terão reunião com presidente da montadora

23/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 22-01-2019)



Trabalhadores se reúnem em assembleia e agendam reunião com presidente da Ford (Foto: Adonis Guerra)

Encontro está previsto para fevereiro; sindicato cobra empresa sobre investimentos na planta

Em assembleia realizada na manhã de terça-feira, 22, na fábrica da Ford localizada em São Bernardo do Campo (SP), os **metalúrgicos** conseguiram agendar uma reunião entre seus representantes e da montadora, incluindo o **presidente**, Lyle Watters, prevista para ocorrer entre os dias 18 e 22 de fevereiro. Os trabalhadores querem abordar a situação da fábrica paulista, incluindo investimentos e empregos.

A mobilização iniciou com caminhada interna pela fábrica, seguida da assembleia conjunta dos trabalhadores em defesa dos empregos e do futuro da montadora na região.

Ao final do encontro, empregados e sindicato decidiram iniciar um processo de mobilização permanente, com a realização de assembleias internas e por áreas até a

semana do dia 18 do próximo mês. O encontro entre os trabalhadores durou quase duas horas e após o término, eles voltaram ao trabalho.

“Hoje a Ford, além dos caminhões, produz apenas o New Fiesta e nenhuma planta se sustenta com um só modelo, ainda mais sendo um veículo que não possui vida longa, como a própria empresa já anunciou. Por isso é urgente a discussão de investimentos”, defendeu o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Wagner Santana.

Segundo o sindicato, os trabalhadores na Ford têm estabilidade no emprego até novembro conforme acordo coletivo negociado e aprovado em abril do ano passado.

O coordenador geral da representação dos trabalhadores na Ford, José Quixabeira de Anchieta, lembrou que o acordo estabelece a discussão de um plano de investimentos.

“Nós trabalhadores fizemos a nossa parte com layoff, PPE, PDV, fusão das linhas de montagem. A cobrança é por esse retorno que estava compromissado pela empresa para viabilizar a fábrica e manter os empregos, cobrar respeito e transparência da direção da Ford”, disse.

“Decidimos que não vamos aguardar novembro chegar, quando termina o período de estabilidade, nem mesmo o segundo semestre. Vamos manter uma mobilização permanente na fábrica, vamos cobrar do presidente, vamos lutar para garantir uma nova expectativa de futuro para os trabalhadores, um cenário diferente dessa indefinição e desse risco que se desenha hoje”, reforçou o presidente do sindicato.

Ghosn joga a toalha, renuncia ao comando da Renault

23/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 22-01-2019)



Após dois meses de prisão no Japão, Ghosn parece ter desistido de manter seus cargos na Renault

Executivo preso no Japão teria concordado em deixar os cargos na companhia francesa após ter pedido de soltura negado

Após dois meses preso em Tóquio e de ter novamente seu pedido de fiança negado pela justiça japonesa, **Carlos Ghosn** parece ter jogado a toalha. Segundo reportagem da agência Reuters na terça-feira, 22, o executivo teria desistido de lutar para manter o último cargo que restava no **Grupo Renault**, onde ainda era CEO e presidente do conselho executivo (chairman) afastado desde a sua prisão, substituído interinamente por Thierry Bolloré.

De acordo com fontes, a renúncia de Ghosn deverá ser anunciada formalmente em reunião extraordinária do conselho convocada para a quinta-feira, 24, atendendo às pressões do governo francês, maior acionista da empresa, que recentemente se pronunciou pedindo mudanças na liderança.

Em outra reportagem da agência Bloomberg, a Renault já teria os nomes para substituir o executivo. Bolloré, 55 anos, até então vice de Ghosn, seria promovido a CEO do grupo francês. Especula-se que o novo chairman será Jean-Dominique Senard, 65, de saída do comando da Michelin.

Acusado pela justiça japonesa de sonegar parte de sua remuneração quando também

era CEO da Nissan, além de usar indevidamente fundos da empresa para benefício pessoal, Ghosn está preso e isolado desde 19 de novembro.

Nissan e Mitsubishi já destituíram o executivo da presidência de seus conselhos. Na única audiência que teve com um juiz, ele negou as acusações e até o momento não se comunicou diretamente com nenhum veículo de comunicação.

Ainda segundo a Bloomberg, a direção da Renault e os advogados de Ghosn estariam revisando os termos da renúncia do comando da Renault, incluindo temas como um acordo de não-competição e valores da pensão por aposentadoria.

Conselho da Renault deve anunciar substituto de Ghosn na quinta-feira

23/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 22-01-2019)

Presidente-executivo da Michelin deve ser apontado como presidente do conselho

A montadora de automóveis francesa Renault convocou uma reunião de seu conselho para a quinta-feira (24) na qual Carlos Ghosn, que continua preso no Japão, deve ser substituído no comando da companhia.

Os membros do conselho devem apontar Jean-Dominique Senard, presidente-executivo da Michelin, como presidente do conselho.

Thierry Bolloré, que vem dirigindo as operações cotidianas da empresa na ausência de Ghosn, deve se tornar o novo presidente-executivo da Renault, de acordo com pessoas informadas sobre o assunto.

Ghosn vem se afirmando inocente desde que foi detido em novembro, sob acusações de delitos de conduta financeira na Nissan, parceira da Renault em uma aliança automotiva, mas seus recentes pedidos de liberdade sob fiança foram negados, o que significa que ficará na cadeia por pelo menos mais alguns meses.

A Renault manteve Ghosn como seu presidente-executivo e do conselho, ao contrário da Nissan, que agiu rapidamente para destitui-lo, depois da detenção.

Uma investigação interna da Renault não encontrou quaisquer irregularidades quanto à remuneração de Ghosn na montadora francesa, mas o fato de que ele está impedido de retornar ao comando da empresa levou o governo francês, que detém 15% das ações da montadora, a agir.

"A Renault precisa de governança sustentável", disse Bruno Le Maire, ministro das finanças da França, na semana passada. "O Estado, como acionista, quer que uma reunião do conselho seja convocada nos próximos dias, e a indicação de uma nova governança estável e sustentável".

Empresas do Grupo CNH Industrial anunciam mudanças na América do Sul

23/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 22-01-2019)

Duas das empresas do Grupo **CNH Industrial** - Case IH e New Holland Construction - anunciam mudanças em seus principais cargos na América do Sul: para a New Holland Construction, Paula Araújo assume como **vice-presidente** na região, bem como Christian Gonzalez passa a ocupar o mesmo cargo na Case IH, incluindo América Central e Caribe.

Paula, que está na CNH Industrial desde 2003 e na New Holland Construction desde 2005, assume a função no lugar de Nicola D'Arpino, nomeado pelo grupo para o cargo

de diretor do segmento de construção na Europa. Antes de assumir a nova função, a executiva respondia pela gerência comercial de vendas da marca na Argentina. A mudança é acompanhada também pela chegada de Giovanni Borgonovo à gerência de marketing. Ela é graduada em Administração com habilitação em Comércio Exterior, enquanto Borgonovo é formado em Administração de Empresas e Engenharia Mecânica.

Por sua vez, Gonzalez assume a função de Mirco Romagnoli, agora nomeado como novo responsável global de aftermarket da Case IH. Na empresa há 20 anos, o executivo é formado em Engenharia Agrônômica e possui MBA Executivo em Marketing. Antes do novo cargo, exercia a função de diretor de planejamento de produto e serviços comerciais da CNH Industrial para a América do Sul.

Em nota, as empresas informam que todas as nomeações são resultado de uma reestruturação global da diretoria da CNH Industrial.